

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 11 DE ABRIL DE 2012

NÚMERO 6.401

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Seráfim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Sílvio Dreveck
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Aldo Schneider
Manoel Mota
Pe. Pedro Baldissera - Presidente

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota
Narcizo Parisotto
José Milton Scheffer
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Ângela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Ângela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Darci de Matos - Vice-Presidente
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Maurício Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Dieter Janssen
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Ângela Albino
Sílvio Dreveck
Ismael dos Santos
Romildo Titon
Luciane Carminatti

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dieter Janssen
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Ângela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Seráfim Venzon
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Dieter Janssen
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
Maurício Eskudlark
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 010ª Sessão Especial realizada em 03/04/2012, às 19 Horas 2 Ata da 027ª Sessão Ordinária realizada em 04/04/2012..... 5</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa DL..... 12</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública..... 12 Ata de Comissão Permanente...19 Aviso de Publicação 19 Extrato 19 Mensagem Governamental 19 Ofícios 19 Portarias..... 19 Projetos de Lei..... 21 Projeto de Lei Complementar.....24</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 010ª SESSÃO ESPECIAL

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2012, ÀS 19 HORAS

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM AO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA PELA PASSAGEM DOS SEUS 80 ANOS DE FUNDAÇÃO

PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

SUMÁRIO

DEPUTADO GELSON MERISIO - Destaca o papel desempenhado pelo curso de Direito na formação e no aprimoramento das instituições políticas catarinenses.

PROFESSOR LUIZ HENRIQUE CADEMARTORI - Fala sobre a atuação da Fundação José Arthur Boiteux, da UFSC.

PROFESSORA OLGA MARIA BOSCHI AGUIAR DE OLIVEIRA - Faz um relato da criação do curso de Direito, lembrando as personalidades que já passaram pela instituição e que ocuparam lugar de destaque na sociedade brasileira.

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Agradece à UFSC o legado de cultura para a sociedade catarinense e brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Convido os srs. deputados Darci de Matos e José Nei Ascari para recepcionarem as autoridades que farão parte da mesa diretiva.

Excelentíssimo senhor João dos Passos Martins Neto, procurador-geral do Estado, neste ato representando o governador João Raimundo Colombo, de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssima senhora desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina;

(Palmas)

Senhora Maria Lúcia de Barros Camargo, pró-reitora de Pós-Graduação e reitora em exercício da Universidade Federal de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor César Filomeno Fontes, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Senhora professora Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira, diretora do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina;

(Palmas)

Senhor Márcio Luiz Fogaça Vicari, presidente em exercício da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Santa Catarina.

(Palmas)

Prezado amigo, ex-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Francisco de Oliveira Filho, a quem convido para compor a mesa conosco e em seu nome homenageio o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

É um prazer tê-lo conosco, desembargador.

(Palmas)

Prezado deputado José Nei Ascari, proponente desta sessão especial, a quem convido para conosco dividir a condução dos trabalhos.

Convido as excelentíssimas autoridades e os demais presentes para ouvirmos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Destacamos presença das seguintes autoridades:

Tenente-coronel Juarez Antônio Lima, neste ato representando o comandante da Polícia Militar de Santa Catarina;

Senhor Ernani Bayer, secretário-adjunto da Comunicação, ex-reitor da UFSC;

Senhor professor Luiz Otávio Pimentel, coordenador do Programa de Pós-Graduação de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina;

Senhor professor Moacyr Motta da Silva do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina;

Senhor professor Antônio Carlos Marini Garcia do curso de Direito da UFSC;

Senhor Rafael Peteffi da Silva, diretor-geral da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Santa Catarina, que coordena conosco um grande projeto que objetiva consolidar as leis catarinenses.

É tradição desta Casa que o deputado autor presida a sessão especial. No entanto, fiz questão de abrir os trabalhos para enfatizar de uma forma muito simbólica e emblemática a importância que tem para o nosso estado a Universidade Federal de Santa Catarina, especialmente o curso de Direito.

Santa Catarina é um estado diferenciado por natureza, pelo seu povo, pela sua formação e o curso de Direito, com absoluta segurança, é um dos grandes responsáveis pela construção do nosso estado democrático, pela construção dos principais líderes que este estado já teve.

Por isso, esta sessão comemorativa ao aniversário é também uma homenagem que se presta a todos aqueles que ao longo da história construíram este estado, que é um estado diferenciado no Brasil.

Por isso, respeitando a nossa tradição, passo, neste momento, a condução dos trabalhos ao deputado José Nei Ascari, não sem antes agradecer de forma muito sincera a todos os que compõem a mesa, às autoridades e às pessoas que aqui estão.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina se orgulha de, ao longo do tempo, ter na UFSC uma parceira efetiva, não apenas desta Casa, mas do estado como um todo.

Parabéns e uma grande sessão! Parabéns ao curso de Direito e que estejamos juntos em outras iniciativas que com certeza o destino nos proporcionará.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darci de Matos) - A seguir teremos a apresentação do documentário *O Semeador de Ideias*, produzido pelo cineasta Francisco Pereira, que retrata aspectos jurídicos da vida de José Arthur Boiteux, fundador da Faculdade de Direito.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

(Palmas)

Convido para fazer uso da palavra o professor Luiz Henrique Cademartori, vice-presidente da Fundação José Arthur Boiteux.

O SR. PROFESSOR LUIZ HENRIQUE CADEMARTORI - Primeiramente, quero agradecer o convite, pois estou aqui representando a Fundação José Arthur Boiteux e a nossa presidente atual, professora Leilana Zavarizi, que infelizmente não pôde comparecer.

Apenas gostaria de destacar, além do que já se falou acerca da importância da fundação, um projeto que foi executado pela Funjab, sob a coordenação do professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, chamado de Memórias de José Arthur Boiteux, financiado pela Fapesc e que teve como um dos seus produtos a restauração do painel de fundadores

da faculdade, que está exposto no *hall* de entrada da UFSC.

Além desse documentário agora mostrado, há uma obra chamada *José Arthur Boiteux, um intelectual em ação*, editada pela Funjab, cujo exemplar tenho a grata satisfação de apresentar o presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio.

Quero destacar ainda que atualmente a fundação vem fazendo um trabalho de apoio à universidade e destaco a edição da revista do curso de pós-graduação de Direito da UFSC, considerado hoje o melhor do país juntamente com o da USP e que tem o seguinte título: *Seqüências: estudos jurídicos e políticos*. Toda a logística e preparação da revista são feitas com o apoio da fundação e é uma das revistas de maior tradição na pesquisa científica do país.

Além disso, a Funjab dá todo um suporte operacional e logístico aos cursos de pós-graduação e tem hoje um trabalho bastante ativo, inclusive com várias publicações que são vinculadas a ela.

Então, apenas queria dizer algumas palavras para destacar parte do seu trabalho feito atualmente, já deixando essa obra como um presente ao presidente da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Nei Ascari) - Muito obrigado pela homenagem.

Convido a mestre-de-cerimônias Juliane Gonçalves Rocha para proceder à nominata dos homenageados.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Juliane Gonçalves Rocha) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem ao curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, pioneira nas instituições de ensino superior em Santa Catarina, pela passagem dos seus 80 anos pautados na defesa da democracia, da ética e da ordem jurídica, permitindo a realização dos sonhos dos catarinenses.

Convido o sr. deputado José Nei Ascari para fazer a entrega da homenagem à sra. Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira, acompanhada da pró-reitora de pós-graduação e reitora em exercício, sra. Maria Lúcia de Barros Camargo, neste ato representando o curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da

homenagem.)

(Palmas.)

Na seqüência, o Poder Legislativo presta homenagem às personalidades e instituições que contribuíram nesses 80 anos de história.

Convido para receber a homenagem a sra. Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira.

(Procede-se à entrega da

homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Rodrigo Sartoti, neste ato representando o Centro Acadêmico XI de Fevereiro.

(Procede-se à entrega da

homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. professor Carlos Danilo Moreira Pires, neste ato representando o Escritório Modelo de Assistência Jurídica.

(Procede-se à entrega da

homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. professor Luiz Otávio Pimentel, neste ato representando o Programa de Pós-Graduação

em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da

homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. professor Luiz Henrique Cademartori, neste ato representando a Fundação José Arthur Boiteux.

(Procede-se à entrega da

homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o professor José Luiz Sobierajski, diretor de Ciências Jurídicas de 1996.

(Procede-se à entrega da

homenagem.)

(Palmas)

O cerimonial registra que também seriam homenageadas as seguintes personalidades: professores Hélio Barreto dos Santos, Rogério Stoeterau e Nilson Borges Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Nei Ascari) - Convido para fazer uso da palavra a professora doutora Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira, diretora do Centro de Ciências Jurídicas.

A SRA. OLGA MARIA BOSCHI AGUIAR DE OLIVEIRA - Excelentíssimo senhor João dos Passos Martins, procurador-geral do estado, neste ato representando o governador do estado, João Raimundo Colombo;

Professora Maria Lúcia de Barros Camargo, neste ato representando o magnífico reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, professor doutor Álvaro Toubes Prata;

Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, deputado Gelson Merisio;

Excelentíssimo senhor deputado José Nei Ascari, autor do projeto que ensejou esta sessão especial;

Excelentíssimos senhores deputados estaduais e demais autoridades que compõem esta Mesa;

Ilustríssimos professores do curso de graduação e pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina;

Digníssimos servidores técnicos e administrativos do Centro de Ciências Jurídicas;

Prezados acadêmicos do curso de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas;

Digníssimas autoridades do Poder Judiciário e do Ministério Público de Santa Catarina;

Prezados convidados, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"É com muita alegria que hoje estamos reunidos nesta Casa Legislativa para comemorar os 80 anos de criação do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Assim sendo, permitam-me lembrar que o Instituto Politécnico de Florianópolis foi a primeira instituição do ensino superior do estado de Santa Catarina, cuja fundação ocorreu no dia 13 de março de 1917, sob a liderança de José Arthur Boiteux.

Durante o seu funcionamento ofereceu vários cursos, dentre eles os de Odontologia, Farmácia, Engenharia, Geologia, Veterinária, Botânica, Agrimensura, Topografia, todos submetidos à fiscalização federal e estadual.

A ideia da Faculdade de Direito surgiu na reunião da Congregação do Instituto Politécnico, realizada no dia 21 de dezembro de 1931, onde o desembargador e professor José Arthur Boiteux apresentou a proposta de criação. Dessa maneira, o Instituto Politécnico

serviu de berço para o nascimento da Faculdade de Direito de Santa Catarina, possibilitando a realização do sonho de tantos conterrâneos.

No dia 11 de fevereiro de 1932, reuniram-se no salão nobre do Instituto Politécnico os seguintes pioneiros do ensino jurídico do estado de Santa Catarina:

Adalberto Belisário Ramos; Afonso Guilherme Wanderley Júnior; Alfredo Von Trompowski; Américo da Silveira Nunes; Antônio Bottini; Cid Campos; Edmundo Acácio Soares Moreira; Érico Ennes Torres; Euclides de Queiroz Mesquita; Francisco Tavares da Cunha Mello Sobrinho; Fúlvio Coriolano Aducci; Gil Costa; Heitor Salomé Pereira; Henrique da Silva Fontes; Henrique Rupp Júnior; Heráclito Carneiro Ribeiro; João Bayer Filho; José Arthur Boiteux; Nereu de Oliveira Ramos; Nery Kurtz; Othon da Gama Lobo D'Eça; Pedro de Moura Ferro; Sálvio de Sá Gonzaga; Urbano Müller Salles e Zulmiro Soncini.

Esses homens, em número de 25, são considerados os fundadores da Faculdade de Direito de Santa Catarina.

Na mesma sessão de fundação foi escolhida a diretoria provisória, tendo na presidência José Arthur Boiteux e como secretários Edmundo Acácio Soares Moreira e Heitor Salomé Pereira, que decidiram pela fundação de um curso jurídico autônomo, sob a denominação de Faculdade de Direito de Santa Catarina.

A sede da Faculdade de Direito foi então instalada em três salas na rua Felipe Schmidt, no segundo andar superior, na esquina com a praça XV de Novembro e tinha como proprietário o dr. Mário de Carvalho Rocha, então juiz de direito da comarca de São José. No local, por doação do fundador Othon da Gama d'Eça, foi colocada uma grande placa abrangendo as sacadas do espaço alugado com a denominação de Faculdade de Direito de Santa Catarina.

O primeiro vestibular para o ingresso na nova faculdade foi realizado em 11 de abril de 1932, sendo habilitados 23 candidatos. As aulas do primeiro ano da faculdade iniciaram no dia 3 de maio de 1932, sendo ministradas as seguintes disciplinas: Introdução à Ciência do Direito, pelo professor Pedro de Moura Ferro; e Economia Política e Ciência das Finanças, pelo professor Henrique da Silva Fontes. E assim a Faculdade de Direito começava a viver.

É importante destacar que a situação dos alunos da Faculdade de Direito de Santa Catarina possibilitou, em 2 de setembro de 1932, a fundação de seu órgão representativo, que foi denominado de Centro Acadêmico XI de Fevereiro - Caxif -, em homenagem à data de fundação da faculdade.

Como forma de reconhecimento aos alunos que se destacavam, lembra Renato Barbosa, um dos benfeitores da Faculdade de Direito de Santa Catarina, o cônsul Carlos Renaux instituiu no início da faculdade o prêmio anual para o melhor aluno em Legislação Social e de Direito do Trabalho.

Em 1934, o governo do estado adquiriu para a faculdade o prédio n. 11, da rua Esteves Júnior, que tinha como proprietário o capitão João Pedro de Oliveira Carvalho. Posteriormente, em 1935, a Faculdade de Direito de Santa Catarina foi reconhecida como Instituto Estadual, época em que o governador do estado era Nereu de Oliveira Ramos.

Em 1936, o prédio foi ampliado, construiu-se o gabinete médico-legal e mais duas salas de aula. Em 1948 e 1952 outras ampliações foram realizadas no prédio com subsídios do governo do estado, e em novembro de 1937, através do Decreto Federal n. 2.098, a Faculdade de Direito de Santa Catarina foi equiparada aos estabelecimentos federais de ensino.

A primeira turma de bacharéis em Direito formada pela faculdade colou grau em 27 de novembro de 1937, sendo a cerimônia presidida pelo professor João Bayer Filho, diretor em exercício. O paraninfo escolhido pelos 19 formandos foi o professor Nereu de Oliveira Ramos, que na ocasião exercia as funções de interventor federal do estado de Santa Catarina.

A federalização da Faculdade de Direito se deu através de lei federal em 19 de dezembro de 1956, atribuindo-se ao Tesouro Nacional o encargo da folha de pagamento do pessoal. Em 1958, os professores da Faculdade de Direito, liderados pelo seu diretor, professor João Davi Ferreira Lima, instituíram a Fundação José Arthur Boiteux - Funjab -, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento do pessoal docente e estimular nos alunos o estudo aprofundado da Ciência do Direito. A Funjab funciona no Centro de Ciências Jurídicas da UFSC e na atualidade a presidência é exercida pela professora Leilane Maria Zavarizi da Rosa e pelo vice-presidente, professor Luiz Henrique Urqhart Cademartori.

O próximo passo seria a criação da Universidade Federal de Santa Catarina. O professor João Davi Ferreira Lima, diretor da Faculdade de Direito, foi o grande combatente dessa empreitada cívica em prol do ensino em terras catarinenses.

Em 1960, criou-se a Universidade Federal de Santa Catarina, que passou a incorporar as Faculdades de Direito, de Medicina, de Farmácia, de Odontologia, de Filosofia, de Ciências Econômicas, de Engenharia Industrial e de Serviço Social, como agregada.

Em 1961, aprovou-se o estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina e sua implantação ocorreu em 12 de março de 1962, no campus universitário, situado no bairro Trindade. Entretanto, a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina continuou funcionando no mesmo prédio da rua Esteves Júnior, n. 11.

Cabe lembrar que a adaptação da estrutura administrativa e didática da Universidade Federal de Santa Catarina teve que se adequar às disposições da reforma universitária imposta pelo governo federal em 1968, que resultaram na junção de várias faculdades, passando a de Direito a integrar o Centro Socioeconômico (CSE), juntamente com a Faculdade de Administração, de Ciências Econômicas e Contábeis.

Em 1973 foi criado o curso de pós-graduação em Direito, em nível de mestrado, com áreas de concentração em Instituições Jurídico-Políticas e Relações Internacionais. O professor Acácio Garibaldi S. Thiago foi seu primeiro coordenador.

Em 1980 ocorreu a mudança da Faculdade de Direito da UFSC para o campus universitário no bairro Trindade, onde passou a ocupar o espaço físico comum com os demais cursos do Centro Socioeconômico.

Em 1984, o Conselho Departamental do Centro Socioeconômico aprovou, por unanimidade, a criação do Centro de Ciências Jurídicas, com a anuência do Conselho Universitário da UFSC, que aceitou o parecer favorável elaborado pelo professor Osvaldo Ferreira de Mello.

Mais tarde, em 1986, com a assinatura da Portaria n. 261 pelo ministro da Educação, foi aprovada a alteração no estatuto da UFSC, criando-se o Centro de Ciências Jurídicas, nova denominação para a Faculdade de Direito, o que permitiu o desmembramento desse curso (graduação e pós-graduação) dos demais cursos do Centro Socioeconômico.

Assim, em 1986, assume a direção do CBJ/UFSC o professor Hélio Barreto dos

Santos, que exercia a função de vice-diretor do Centro Socioeconômico.

A partir de 1988, o Programa de Doutorado em Direito inicia suas atividades abrangendo as áreas de concentração em Direito do Estado e Filosofia do Direito e da Política.

Atualmente, os Programas de Mestrado e Doutorado em Direito do CBJ/UFSC possuem três áreas de concentração e seis linhas de pesquisa. A excelência de seu corpo docente, principalmente no que se refere à produção científica, à participação e produção dos mestrandos e doutorandos, ao trabalho realizado pela equipe da secretaria administrativa e pela da coordenação da pós-graduação, tem contribuído e permitido seu destaque em nível nacional e internacional, como um dos mais importantes programas de pós-graduação em Direito do país, sendo que na última avaliação trienal (2006-2008) realizada pela Capes, novamente recebeu o conceito seis de excelência e inserção internacional.

Hoje a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito é exercida pelos professores doutores Luiz Otávio Pimentel e Arno Dal Ri Júnior.

É importante também destacar que em 9 de julho de 1993 foi inaugurado e implantado o fórum do norte da ilha, fruto de convênio entre a UFSC e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. A implantação do projeto teve a participação decisiva do desembargador e professor Napoleão Xavier de Amarante e do chefe do departamento de Direito Processual e Prática Forense, professor Valdomiro Borini, sendo que nesse período o presidente do Fundo de Reaparelhamento da Justiça era o desembargador e professor Francisco de Oliveira Filho.

Com o convênio firmado entre a UFSC e o Tribunal de Justiça/SC ficou mais acessível a participação dos alunos do curso de graduação em Direito do CBJ/UFSC nas audiências, enquanto atividades vinculadas à carga de estágio curricular, permitindo que as causas ingressadas pela população carente, através do Escritório Modelo de Assistência Jurídica, sejam julgadas no fórum do norte da ilha. Atualmente, a coordenação do curso de graduação em Direito é exercida pela professora e mestre em Direito Juliana Wülfing.

O Escritório Modelo de Assistência Jurídica funciona há mais de 30 anos, aliando a prática forense com a satisfação dos anseios comunitários, no tocante ao acesso gratuito à Justiça, prestando assistência jurídica integral para os moradores do município de Florianópolis que sejam considerados carentes financeiramente.

Desde 2011, a coordenação do Emaj/UFSC é exercida pela professora advogada Vera Lúcia Teixeira e pelo advogado e servidor público federal Carlos Danilo Moreira Pires.

Em dezembro de 1996, o Centro de Ciências Jurídicas se transferiu para o bloco E, obtendo assim um espaço próprio, com área aproximada de 2.200m², que foi inaugurado em março de 1997, tendo como seu diretor o professor José Luis Sobieraskji.

Ainda dentro do plano de expansão da UFSC, em maio de 2005 foram inauguradas as novas instalações do CBJ, mais modernas, com uma área de 2.300m², que oferece aos professores, aos servidores técnicos administrativos, alunos e comunidade em geral um espaço mais adequado para o desenvolvimento de todas as atividades acadêmicas e administrativas.

A chefia do departamento de Direito desde 2011 é exercida pelo professor dr.

Humberto Pereira Vecchio, tendo como vice-chefe o professor dr. Horário Wanderley Rodrigues.

Para mim, na qualidade de diretora do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, é uma honra e um privilégio poder fazer parte dessa história que, hoje, busca recordar e comemorar os 80 anos de criação do curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, ou seja, da nossa querida e saudosa faculdade.

É importante destacar que a trajetória dessa grande instituição de ensino superior está marcada desde o seu início pelo idealismo, pela devoção à causa da instrução pública e pelo espírito público de seus inesquecíveis fundadores.

Deve-se aqui reafirmar o êxito alcançado pelos ex-alunos da Faculdade de Direito, que abrangem os mais variados segmentos da sociedade catarinense e do Brasil: na Presidência da República - pois o desembargador e professor Nereu de Oliveira Ramos envergou a faixa de presidente da República de 11 de novembro de 1955 a 15 de janeiro de 1956; na Magistratura; no Ministério Público; no Senado Federal; no Governo Estadual; na Câmara de Deputados; na Câmara de Vereadores; como presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de SC; na cátedra universitária; no funcionalismo; no jornalismo e em outras atividades.

Assim, a trajetória da Faculdade de Direito de Santa Catarina, hoje Centro de

Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, quando completa 80 anos de fundação continua a se destacar desde a época de seus fundadores, pois tem trilhado com brilhantismo e sabedoria o caminho que a tornou grandiosa, graças ao trabalho incansável de todos os seus professores, funcionários e acadêmicos que sempre trabalharam e ainda hoje continuam trabalhando para preservar o valor moral e científico da nossa Faculdade de Direito, contribuindo com os seus estudos, com a pesquisa, com a extensão, tanto no ensino de graduação como no da pós-graduação, e também no campo da cultura jurídica, vislumbrando a imensa responsabilidade de todos na sucessão de nossos antigos mestres, que deverão sempre ser lembrados pelas sucessivas gerações catarinenses, pois não podemos olhar o futuro sem lembrar o passado.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Nei Ascari) - A missão constitucional de Parlamento é legislar, fiscalizar e, sobretudo, defender os interesses de Santa Catarina. Mas também é nossa missão reconhecer feitos dessa importância.

A importância do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina foi detalhada pela dra. Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira e por isso que não precisamos alongar nos no destaque desse assunto. Mas quero

apenas registrar que desde a fundação do curso, há 80 anos, quando lá se formaram os primeiros 23 alunos, até hoje muitas pessoas puderam, a partir da formação, cumprir muito bem o papel a que cada um se propôs.

Tivemos, inclusive, pelas observações que temos aqui na mesa, um presidente da República, tamanha a importância do curso de Direito para a sociedade catarinense. É o único do estado que recebeu o selo de qualidade da OAB de Santa Catarina.

Portanto, parabéns à UFSC. Esperamos voltar aqui daqui a 20 anos para comemorar o centenário desse importante curso para toda Santa Catarina.

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e de todos que nos honraram com seu comparecimento, convidando-os para um coquetel no hall deste Poder.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Jansen - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Aborda os efeitos devastadores do crack nos usuários e nas pessoas que se relacionam com eles.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Cumprimenta a deputada Ana Paula Lima pela abordagem.

DEPUTADO NEODI SARETTA (aparte) - Solidariza-se com as considerações da deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Denuncia atentado contra estabelecimento comercial do ex-deputado Francisco de Assis; lamenta a força e a extensão da estiagem que assola várias regiões catarinenses.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Elogia o Hospital Universitário que está realizando cirurgias de implante coclear; destaca a participação do Ministério Público na discussão sobre as atribuições legais dos bombeiros militares, comunitários e voluntários.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Defende a ação do policial de Santa Catarina contra a criminalidade.

Partidos Políticos

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Informa reunião técnica da comissão de Segurança com a presença do Ministério Público; lamenta agressão sofrida pelo deputado Darci de Matos.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Lembra o Dia do Jornalista e o Dia Mundial da Saúde.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Comemora o recebimento do prêmio Destaque 2012, conferido pelo grupo Cipa, de São Paulo, pelos 40 anos de luta em favor dos bombeiros voluntários em SC.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Informa sua participação no evento Jaguaruna sem drogas; deseja feliz Páscoa aos catarinenses.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Minimiza a polêmica sobre a não-doação, pela UFSC, de área destinada à duplicação de parte da rua Antônio Edu Vieira, em Florianópolis; elogia ações do governador; exalta a organização do 13º Rodeio Nacional e Internacional, em Maravilha.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Comenta projeto de sua autoria que entrega laboratórios de informática para entidades sociais.

Ordem do Dia

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra tentativa de agressão por parte de coronel do Corpo de Bombeiros Militar.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Mostra-se indignado com a tentativa de agressão a um parlamentar.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL (pela ordem) - Pede providências da Mesa Diretora contra o agressor do deputado Dirceu Matos.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Refere-se às indicações de sua autoria.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados e deputadas.

Passaremos às Breves Comunicações.

Gostaria que o deputado Nilson Gonçalves presidisse os trabalhos para que esta deputada possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra a primeira oradora inscrita, sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, cumprimento também os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

O assunto, sr. presidente, que me traz à tribuna na tarde desta quarta-feira é manifestar minha indignação, piedade e revolta e a necessidade de atacar um grave problema social em parceria com a comunidade e as várias esferas de governo.

Inicialmente iremos assistir a um vídeo que vamos reproduzir agora, que é uma peça da campanha do ministério da Saúde que mostra os impactos sociais do uso do crack.

(Procede-se à execução do vídeo.)

Bom, senhoras e senhores, o meu objetivo é chamar a atenção do quanto é grave

e impactante na nossa sociedade o uso dessa droga, cujas consequências são devastadoras.

Todos os dias e a toda hora a imprensa traz notícias sobre casos assustadores, chocantes relacionados ao uso do crack. Todos os dias vemos nas páginas dos jornais uma matéria sobre essa droga que está acabando, primeiramente, com o indivíduo, depois com a família e agora, em grande escala, com a sociedade.

Na cidade de Blumenau, poucos dias atrás, um neto matou o avô, e tudo indica que a violência foi causada pela dependência do crack. O sr. Alfredo José Gonçalves, um homem valeroso, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Ele tinha 73 anos e convivia, há algum tempo, com o drama da dependência química de seu neto. Ele me confidenciou algumas vezes sobre a problemática e falou que nunca havia sofrido tanto na vida. Infelizmente, dias atrás acabou sendo vítima do crack, não do neto, porque a droga transforma, distorce a personalidade do usuário.

A imprensa fez questão de destacar nas matérias que se tratava, infelizmente, de um rapaz que fora adotado. Ora, senhoras e senhores, o destaque deveria ter sido dado à causa, o crack, não ao fato de ele ser adotado.

É urgente que haja políticas públicas que ajudem a sociedade a enfrentar esse grave problema. O nosso mandato tem priorizado o debate com os demais setores. Já apresentamos projetos de lei, realizamos seminários e audiências públicas sobre esse tema; também realizamos visitas a cidades como São Bernardo do Campo, que é referência no combate e na prevenção à droga.

Hoje mesmo, na comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado, srs. deputados, um projeto de autoria desta deputada destinando recursos para tratamento e prevenção ao uso das drogas. Temos projetos que propõem que recursos do Fundo Social sejam usados para o tratamento de dependentes químicos; também apresentamos um projeto de lei que propõe a destinação de, no mínimo, 10% dos recursos estaduais para propaganda institucional, através de campanhas educativas e de prevenção ao uso de drogas.

Também apresentamos o projeto que denomina o crack "pedra da morte". Existem campanhas em vários locais do país, a exemplo da realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul. Ela mata, a pedra mata a dignidade da pessoa, a convivência familiar, as pessoas que trabalham. A pedra mata e matou o sr. Alfredo Gonçalves quando o neto cometeu um assassinato por causa da dela.

Por esse motivo, na questão das drogas e especificamente do crack, é preciso fazer algo impactante, deputado Manoel Mota. É necessário um choque que dê resultado, como o que foi feito com o cigarro.

Uma pesquisa do ministério da Saúde divulgada em 2011 concluiu que o tabagismo continua em declínio no Brasil, ao contrário do consumo de bebidas alcoólicas, que continua crescendo cada vez mais. De acordo com a pesquisa, o índice de tabagistas caiu de 16% entre os adultos, no ano de 2006, para 15% em 2010. Nesses quatro últimos anos, a tendência de queda do percentual de adultos que fumam foi mantida, primeiro porque houve uma campanha maciça em cima dos fumantes, mostrando o quanto é prejudicial o uso do cigarro.

A mesma coisa tem que ser feita com relação ao crack. As pessoas não se ligaram no prejuízo que está causando ao indivíduo, à família e à sociedade.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Concedo um aparte rapidamente ao deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar a deputada Ana Paula Lima e dizer que o projeto de v.exa. que trata do crack. Entendi ser o projeto inconstitucional porque gera despesa. Pedi vistas do projeto, que é de uma importância tão grande que reconsiderarei minha decisão e dei parecer favorável. Aprovamos na comissão e vamos aprová-lo nesta Casa. Se o governo entender que deve vetar, que mande um igualzinho para cá.

Agora, precisamos chamar a atenção para essa questão, porque o crack está destruindo a nossa juventude. Por isso alguma medida precisa ser tomada, e este Parlamento está fazendo isso.

Quero cumprimentar v.exa. e dizer que o projeto é fundamental para chamar a atenção sobre o perigo que estamos passando e a situação que está enfrentando a juventude no estado e no Brasil.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, deputado.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputada, quero reforçar a importância do projeto que v.exa. apresentou e que aprovamos hoje na comissão de Finanças e Tributação. O projeto destina parte da verba orçamentária justamente para as campanhas de esclarecimento sobre os perigos do consumo do crack.

Parabéns a v.exa.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada! É tamanha a importância e a gravidade do problema, que precisamos estar juntos nessa luta...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero registrar a presença do grande prefeito de Coronel Freitas, sr. Mauri José Zucco, que está nos prestigiando no dia de hoje.

Sr. presidente, recebi agora informações de Joinville, onde, por volta das 3h, segundo a Polícia Militar que recebeu várias chamadas de vizinhos, foi jogada uma bomba no bar de um companheiro, o ex-deputado Francisco de Assis, que foi presidente da Conurb. Felizmente ninguém foi ferido, pois era madrugada e o bar estava fechado. É um fato que precisa ser deplorado, pois não podemos admitir esse tipo de ação em Santa Catarina, deputado Sargento Amauri Soares!

Há poucos dias foi morto um vereador em Chapecó, e agora mais um fato que deixa um companheiro inseguro, pois poderia ter sido atingido pela bomba em seu estabelecimento.

Espero que não seja nenhuma perseguição ao companheiro, porque ontem ainda estive com o vice-presidente do Tribunal de Justiça sobre a ação de uma empresa que cobra os estacionamentos.

Há vários problemas de insegurança na cidade em função de questões jurídicas que precisam ser resolvidas. Refiro-me à falta de pagamento dessa empresa para com a prefeitura, pois há dois anos vem-se negando a pagar a prefeitura, a qual precisa receber os recursos arrecadados no estacionamento.

Mas quero usar o meu tempo, sr. presidente, para falar sobre um problema sério

que estamos passando mais uma vez no oeste catarinense, que é a estiagem. A cada dia que passa a situação piora. A previsão não é nada animadora, a curto prazo, para termos chuva na região. A situação é muito grave. Há municípios que estão transportando toda a água para a população, como o caso de Pinhalzinho e outros. Na cidade, inclusive, não existe mais água.

Além disso, há todas as perdas na agricultura. Os produtores perderam a safra principal e agora estão perdendo a safrinha, que foi plantada no mês de janeiro, ocasião em que choveu um pouco. Ontem tivemos a presença, na comissão de Defesa Civil desta Casa, do ex-senador Geraldo Althoff, secretário da Defesa Civil, e também do secretário da Agricultura, deputado João Rodrigues. Durante a reunião falou-se que o risco na agricultura está em torno de 30%. É um alto risco!

A situação ficou muito preocupante, já que é a região de maior produção de alimentos do nosso estado e uma das maiores do Brasil. Com esse nível de risco, a agricultura familiar não se sustenta. Por isso, temos que trabalhar para que, de fato, o estado e a união contribuam.

Levantando os dados, srs. deputados, vimos que houve 10.800 comunicados de perdas de agricultores, sendo que 2.253 processos já foram pagos no âmbito da agricultura familiar. De indenizações foram pagos R\$ 15,461 milhões. De recursos próprios, R\$ 3,278 milhões e de financiamentos amortizados, R\$ 1,183 milhão.

Além disso, existem outros programas e quero aproveitar para dizer que houve um acordo com a união no sentido de repassar para o estado R\$ 20 milhões, R\$ 10 milhões emergenciais, sendo que já foram liberados R\$ 3,187 milhões. Na última quinta-feira o estado apresentou um plano de trabalho para os recursos restantes, aproximadamente R\$ 6 milhões.

Há ainda R\$ 10 milhões para a perfuração de poços artesanais, um projeto mais de longo prazo. O secretário, inclusive, garantiu-nos ontem que estão preparando a entrega do projeto em Brasília.

Sr. presidente, entendemos que algumas políticas são importantes. Tivemos um debate na última quinta-feira com o ministro Pepe Vargas, que ficou de dar um retorno na próxima semana sobre a pauta entregue juntamente com os movimentos sociais. Esperamos que na semana que vem tenhamos alguma notícia sobre mais ajuda para os agricultores familiares.

Srs. deputados, hoje estamos apresentando um requerimento solicitando anistia para os agricultores inseridos no programa Troca-Troca, já que o estado do Rio Grande do Sul anistiou os agricultores familiares. Está-se criando um programa de renda - em torno de R\$ 40 milhões - para ajudar os agricultores familiares.

Entendemos que Santa Catarina precisa ampliar o seu volume de recursos. Segundo o que se apresentou ontem na comissão, o estado até agora assumiu o compromisso de alocar R\$ 8 milhões, mas achamos que é preciso ampliar esse valor. E estamos propondo a criação de um programa para a construção de cisternas, sendo que o governo do estado precisa, no mínimo, isentar do ICMS os insumos dessas obras. Esse é um programa importante para os agricultores poderem armazenar água nas suas propriedades.

Hoje o estado participa pagando parte dos juros dos recursos do Pronaf, mas precisa ir mais longe porque os agricultores acabam financiando as instalações e as

cisternas e é preciso amenizar o impacto da estiagem.

Nós estamos, sim, cobrando uma participação maior do estado. Santa Catarina teve uma perda enorme e o governo falar em menos de R\$ 10 milhões não é possível!

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, servidores da Casa, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital nesta tarde de quarta-feira.

Gostaria de trazer a prestação de contas de uma atividade pequena que ajudamos a desenvolver aqui nos últimos anos. Há três anos trouxemos, inclusive para esta tribuna, um debate e também encaminhamos uma moção aos ministérios da Saúde e da Educação, com vistas à instalação no Hospital Universitário de Santa Catarina de uma modalidade de transplante auditivo, chamada de implante coclear, uma tecnologia norte-americana que não era utilizada neste estado, apenas alguns estados da federação.

O Hospital da UFSC tinha todas as condições de instalar esse serviço. Nós recebemos em nosso gabinete, acompanhado do professor Felipe, o dr. Cláudio Ikino, que é professor da UFSC, médico e trabalha no Hospital Universitário, que é um hospital escola.

Há possibilidade, conhecimento e capacidade técnica por parte das equipes médicas e do pessoal de enfermagem do HU para fazer a instalação do implante coclear no estado de Santa Catarina. Inclusive, já existia espaço físico reservado, mas era necessária a autorização do ministério da Saúde para que viesse a funcionar.

Faz algum tempo que está - já era para eu ter feito este registro no ano passado, mas acabou passando por falta também de tempo - sendo realizado esse serviço no HU. Então, as pessoas com problemas de audição, inclusive problemas agudos, pessoas que talvez nunca tenham ouvido, podem fazer essa cirurgia e ter a audição recuperada ou constituída, no caso daqueles que nunca a tiveram.

Isso está sendo realizado também no Hospital Universitário, que é um hospital, evidentemente 100% público, talvez o único hospital em que a pessoa chega e ninguém lhe pergunta se tem documento, sem tem plano de saúde, de que cidade veio, em que posto de saúde se trata e nem de qual país veio. O Hospital Universitário pede um documento simplesmente para identificar a pessoa que deu entrada.

Então, quero fazer o registro de que um hospital público está fazendo a cirurgia de implante coclear para deficientes auditivos, uma tecnologia bastante avançada.

É muito bom falarmos aqui sobre esse assunto, porque quase sempre falamos aqui dos problemas do serviço público, agora estamos falando das soluções no serviço público. Por certo a fila é imensa, porque há muitos deficientes auditivos no estado de Santa Catarina, mas vale a pena esperar. Evidentemente que outros hospitais e clínicas também fazem outros implantes, mas esse é realizado apenas no Hospital Universitário, e este Parlamento teve a oportunidade de aprovar uma moção no sentido de garantir esse serviço à população catarinense.

Portanto, esta é uma prestação de contas e uma forma de agradecer o apoio e de

parabenizar o dr. Cláudio Ikino, o professor Felipe e os todos profissionais que trabalham nessa área do HU da Universidade Federal de Santa Catarina.

Mas quero repercutir aqui, sr. presidente e srs. deputados, o debate que fizemos hoje de manhã na comissão de Segurança Pública acerca da questão Bombeiros Militares versus Bombeiros Voluntários. É um debate já de seis ou sete anos neste Poder, que não teve até hoje uma solução.

A comissão de Segurança Pública está fazendo esse debate há três semanas e na semana passada a procuradora de Justiça, dra. Walquíria Danielski, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, apresentou uma proposta, que hoje seria avaliada pela comissão, após a oitiva das entidades e instituições da área.

A reunião ocorreu na sala das comissões, às 10h, e para surpresa de quase todos, poucos gostaram da proposta apresentada pelo Ministério Público, a começar pelos representantes dos chamados Bombeiros Voluntários, que disseram que não estavam de acordo com a proposta e que defendiam a aprovação da PEC n. 0001/2012, que tramita na comissão de Constituição e Justiça.

Outras entidades se manifestaram, como os Bombeiros Comunitários, dizendo que a pauta não lhes interessava porque isso estaria resolvido com a legislação existente, que bastava que todos a cumprissem, como também a Constituição Federal, a Constituição de Santa Catarina e a lei federal que regulamenta os trabalhos e o serviço do voluntariado, porque, segundo alegação do Corpo de Bombeiros Militar, ela não é cumprida pelos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina. Já o representante da OAB desaconselhou o encaminhamento da proposta, alegando que afetaria a Constituição Federal.

Em meu ponto de vista, o cerne da questão é o fato de os chamados Bombeiros Voluntários, em algumas cidades como Joinville, Concórdia, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul e Caçador - espero não estar cometendo injustiça - terem uma posição de fundo filosófico, pois entendem que têm poder capaz de competir e equivaler ao poder do estado, de forma a não aceitar que o Corpo de Bombeiros Militar entre no município para fazer o trabalho que é de sua competência.

Diante disso, temos de fato um problema, mas não terei tempo para aprofundar essa discussão, porque isso efetivamente afeta a organização do estado, afeta os princípios constitucionais vigentes e afeta os princípios de conteúdo filosófico em defesa do que deve ser o estado numa sociedade como a nossa.

A proposta do Ministério Público, da qual apenas fiz menção e não tentei reproduzir, diz mais ou menos o seguinte: os Bombeiros Voluntários poderão, inclusive, fazer vistorias nas edificações etc., por delegação do poder municipal, mas o Corpo de Bombeiros Militar tem o poder de fiscalização, de normatização e de atuação. Ou seja, a proposta do Ministério Público, deputado Reno Caramori, é de que os Bombeiros Voluntários podem até fiscalizar se conveniados, aceitando a normatização e a fiscalização do estado, que seria feita pelo Corpo de Bombeiros Militar.

Mas os Bombeiros Voluntários se insurgiram contra isso, porque não querem ser fiscalizados! E aí não dá para aprofundarmos o debate porque não pode existir nenhum órgão na sociedade brasileira que esteja livre de fiscalização! A própria Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são fiscalizados! Eu gostaria que existisse controle social sobre todas essas instituições, mas não é o que acontece.

Todos os anos o Exército vai aos quartéis, à reserva de armamento, a uma formatura, à sala do comandante etc. Por que teríamos no estado de Santa Catarina uma instituição chamada Bombeiro Voluntário, em que nenhum órgão do estado pode fazer a mesma fiscalização?

Então, o que entendemos? Se o Bombeiro Voluntário concordar com a possibilidade de ser fiscalizado, normatizado pelo ente público, que é o Bombeiro Militar, resolvemos o problema e a proposta do Ministério Público aponta nessa direção.

Nós continuamos acreditando na possibilidade de construir esse consenso e continuaremos aguardando, enquanto eles fazem as reuniões, nas próximas semanas.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha, quero saudar a colega Zelir, que faz uma visita a esta Casa Legislativa, juntamente com a família, e saudar todos que estão na Assembleia Legislativa.

Lemos hoje na manchete do *Diário Catarinense*, deputado Dirceu Dresch, que uma delegacia de polícia em São José foi atacada! A central de polícia onde são feitos os BOs foi vítima, na madrugada de ontem, de 25 tiros disparados por marginais. Esse ataque não é contra uma delegacia de polícia apenas, é contra o estado, é contra a justiça, é contra o cidadão, e é importante que o estado dê uma resposta, coíba esses atos e receba efetivamente o apoio da sociedade.

Mas a verdade é que a nossa segurança é a melhor do Brasil e tem dado a resposta quando ocorre esse tipo de ataque contra a democracia, contra o cidadão, porque, imaginem v.ex.as., se o marginal não respeita a instituição pública que pratica a segurança, que pratica a justiça e ataca uma delegacia de polícia, o fórum, o Ministério Público, os órgãos de todo o estado, ele não vai respeitar nunca a casa do cidadão, não vai ter o menor receio de atacar as pessoas, os cidadãos.

Verificamos pela imprensa também que a Deic, com muita eficiência, prendeu os suspeitos de ataques a um caixa eletrônico no município de Luis Alves. Houve confronto, houve troca de tiros, mas não houve nenhuma morte, felizmente. Um marginal ficou ferido, mas não houve mortos. Mas se não houver uma resposta da polícia, a sociedade vai ficar à mercê da criminalidade.

Quero dizer isso para homenagear a segurança pública do estado de Santa Catarina, homenagear os policiais civis e militares, homenagear o delegado Cláudio Monteiro e toda a equipe da Deic pelo trabalho que têm feito e pela resposta que têm dado à sociedade catarinense.

Houve algumas críticas ao delegado Cláudio Monteiro, porque ele disse que os bandidos que viessem para o enfrentamento, para tirar a vida dos homens que fazem a segurança do nosso estado, aqui receberiam a devida resposta. E tem que ocorrer essa segurança, porque em São José dos Cedros, há poucos dias, ocorreu uma explosão no Banco do Brasil de madrugada, que destruiu todo o prédio. Isso já faz quase 60 dias. O local ainda está interdito, porque foi uma explosão tão grande que se aquele imóvel tivesse algum tipo de residência anexa, como um edifício de apartamentos, poderia até ter ocorrido vítimas fatais.

Quero dizer isso porque lemos na coluna do jornalista Moacir Pereira uma manifestação de reconhecimento pelo trabalho da Segurança, pelo que os policiais estão fazendo. A matéria tem o título "Uma polícia eficiente", e diz o seguinte:

"Data para anotar e comemorar. Num só dia, boas notícias na área da segurança pública e de combate à criminalidade. Começou com a redução em 11,8% do número de homicídios dolosos no primeiro semestre em todo o estado. Seguiu com a prisão de um casal de traficantes na ilha, flagrado por um cão farejador. Veio depois a informação de que o Deic havia apreendido um bandido com uma submetralhadora na Rodoviária Rita Maria, depois do merecido destaque à prisão e morte de integrantes de uma quadrilha que explodia caixas eletrônicas. E oxigenou a sensação de segurança do cidadão com duas fortes declarações de autoridades policiais.

A primeira partiu do delegado-geral da Polícia Civil, Aldo Pinheiro d'Ávila, proclamando que a prisão dos criminosos que atentaram contra a delegacia de São José - a nota destoante do auspicioso noticiário - 'era questão de honra para a polícia catarinense'. Fundamentou a procedente determinação com uma constatação realista: o atentado não foi contra a polícia, mas contra o cidadão.

A segunda, ainda mais animadora à população, veio do diretor-geral da Deic, delegado Cláudio Monteiro. Com voz firme e elogiável disposição no combate à bandidagem, mandou o forte recado: 'Se vierem para Santa Catarina, serão presos. Se vierem para o confronto, serão mortos'.

Para encerrar o dia com chave de ouro, a manifestação de integral de solidariedade do Ministério Público Estadual a todo um esquema de segurança do estado.

Era o que os catarinenses estavam precisando ouvir. Os criminosos andam audazes demais. Passaram dos limites. E não apenas em relação aos caixas de bancos, cujas explosões espalham pânico em pequenas comunidades e grandes cidades. [...]"]sic]

Depois o jornalista Moacir Pereira também descreve os avanços na Segurança Pública, as operações vitoriosas no combate ao crime, os equipamentos que têm sido comprados e, principalmente, a formação de novos policiais civis militares pelas duas academias, o que é muito importante.

Então, esse registro é elogiável porque o policial muitas vezes se sente oprimido. De um lado, a criminalidade, de outro lado, a sociedade cobrando respostas. Além disso, o policial precisa também de motivação, de palavras de apoio, de reconhecimento de que está fazendo aquilo que tem que ser feito no combate à criminalidade em nosso estado. O policial não pode sentir-se desprotegido, mas muitas vezes se sente. De um lado, a cobrança justa da sociedade que quer segurança e de outro, a falta de reconhecimento em suas ações. Em outros momentos, quando precisa ser mais enérgico na prisão de um marginal, é acusado de arbitrário, de usar indevidamente, de forma excessiva, a força.

Queremos lamentar esses fatos porque a criminalidade está solta, está desrespeitando a lei, a ordem, o estado e, principalmente, o cidadão catarinense. Mas devemos elogiar os policiais tanto quando age de maneira firme e positiva contra o criminoso, como quando procede às necessárias investigações. Quantas prisões já ocorreram nos últimos meses antes que ocorressem os crimes, antes que quadrilhas assaltassem bancos, explodissem caixas eletrônicas.

Por isso, srs. deputados, é necessário o reconhecimento e o apoio da sociedade

catarinense ao trabalho firme e eficiente do policial no combate à criminalidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCDoB.

(Pausa)

Na ausência da representante do PCDoB, passaremos ao horário reservado ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que acompanham a nossa sessão, como presidente da comissão de Segurança Pública coube-me a difícil missão de conduzir um requerimento do deputado Kennedy Nunes, aprovado por todos os srs. deputados, no sentido de antecipar o debate a um dos assuntos mais polêmicos neste momento, nesta Casa, que envolve os Bombeiros Voluntários e os Bombeiros Militares.

A PEC n. 0001, que está tramitando na comissão de Constituição e Justiça, está com o deputado José Nei Ascari para o seu parecer final. E queremos agradecer a compreensão da comissão de Justiça, através do presidente Romildo Titon, por estar aguardando os encaminhamentos da comissão de Segurança no intuito de tentarmos construir um modelo que possa atender a ambas as instituições, para que elas continuem prestando um grande serviço ao nosso estado e aos cidadãos.

Para esse debate, convidamos alguns órgãos e entidades, especialmente a secretaria de Segurança Pública, o comando do Corpo de Bombeiros Militar, a secretaria de Defesa Civil e também a Procuradoria-Geral do Estado, que, lamentavelmente, não se fez presente. Convidamos também a Associação dos Bombeiros Voluntários, a Fecabom e a OAB.

É claro que a participação do Ministério Público é importante, e ousou dizer que, de forma histórica, participa na Casa de um debate, colocando-se à disposição para auxiliar, dentro da sua visão, no sentido de que não cometamos inconstitucionalidades e ilegalidades e que possamos seguir com esse modelo que para todos é um modelo diferenciado e vencedor, por tantos bons serviços que tem prestado, através do Corpo de Bombeiros Militar, do Corpo de Bombeiros Voluntários e do Corpo de Bombeiros Comunitários, em várias cidades do nosso estado.

Mas é preciso ter definidas claramente as suas atribuições, em busca, é claro, da possibilidade de obterem recursos para atender às suas demandas, pois todos sabem que não é possível desenvolver esse trabalho sem apoio e recursos públicos.

Diante disso, quero agradecer aos deputados da comissão, especialmente ao deputado Kennedy Nunes, que foi o autor do requerimento, acompanhado pelos deputados Sargento Amauri Soares e Maurício Eskudlark, que são membros efetivos da comissão. Mas hoje também estiveram presentes os deputados Neodi Saretta, Carlos Chiodini e Aldo Schneider, que muito contribuíram.

Mas houve um fato lamentável, sr. presidente, que quero aqui antecipar. O deputado Darci de Matos não está presente neste momento, mas ele me fez um relato do ocorrido ainda há pouco. Isso não condiz com a democracia e com o espírito construtivo da reunião. O deputado Darci de Matos, no seu direito livre de se manifestar, participou da

reunião, colocou o seu posicionamento, mas foi agredido moralmente por uma autoridade militar. E não estou aqui antecipando, pois o deputado virá à tribuna e dirá o nome de quem o ofendeu moral e quase fisicamente. De qualquer forma, isso não condiz com o espírito que vivemos na Casa, com o espírito que deve nortear o comportamento de todos. A democracia permite que haja os pró e os contra, e cada um tem o direito de se manifestar. Mas jamais alguém pode ser ofendido ou até, quem sabe, agredido por dizer o que pensa, por se posicionar.

Então, deixo essa manifestação, como presidente da comissão, a quem cabe coordenar os trabalhos. A reunião foi altamente produtiva e no final houve o encaminhamento de que haverá uma reunião técnica entre o Ministério Público, a Fecabom, a Associação dos Bombeiros Voluntários e o Corpo de Bombeiros Militar na próxima semana, na quarta-feira, quando então, aí, sim, sairá uma proposta definitiva para encaminharmos à comissão de Constituição e Justiça e termos esse assunto resolvido de forma definitiva para o bem de Santa Catarina, do Parlamento e das instituições.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Ouço v.exa., que também participou da reunião.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado, sobre esse debate, gostaria de solicitar ao sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, que concedesse um tempo maior para o debate, pois esse é um assunto sério.

Conversei há pouco com o deputado Sargento Amauri Soares e posso afirmar que no Parlamento podemos discutir e esbravejar, tendo em vista a democracia. Eu, como estudante, lutei pela democracia e defendi o debate das ideias, mas não a agressão física. Isso não existe! Este Poder deve ser respeitado! O respeito a esta Casa é o respeito à democracia! Quando se falta com respeito ao Parlamento, falta-se com o respeito à democracia.

Eu sempre digo uma coisa, deputado Gilmar Knaesel: Parlamento fraco é democracia no buraco! Se houve um fato desses, ele deve ser comunicado ao comando-geral. Esse deve ser um fato isolado e não representa, em hipótese alguma, a Corporação dos Bombeiros Militares, porque eu a conheço. Agora, tem que ser comunicado ao comando-geral e há necessidade de punição de quem praticou o ato! Há necessidade de uma punição, sim, deputado Gilmar Knaesel, porque este Parlamento tem que ser respeitado!

Eu quero deixar bem claro isso porque defendo a democracia. Acho que esta Casa é a essência da democracia, e na hora em que começarem a faltar com respeito ao Parlamento, aí a coisa começará a ficar feia e a democracia começará a ficar fraca!

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Eu vi a sinalização do deputado Sargento Amauri Soares, que é na mesma linha e acho que cabe ao deputado Darci de Matos vir a esta tribuna, e ele virá, fazer a denúncia oficial, formal.

Eu sei que esse foi um fato isolado de uma pessoa que não representa a corporação, mas não podemos mais admitir que neste Parlamento, na nossa Casa, onde todos são bem-vindos para participar dos debates...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e srs. assistentes, quero fazer o registro da presença nesta sessão do presidente da Câmara de Vereadores de Concórdia, Leocir Domingo Zanella, que veio para uma importante audiência pública, hoje, sobre saúde, realizada nesta Assembleia Legislativa, através da nossa comissão de Saúde.

É justamente sobre saúde, srs. presidente e srs. deputados, que gostaria de fazer alguns comentários na fala desta tarde, já que no próximo sábado, dia 7 de abril, é comemorado o Dia Mundial da Saúde. Esse é um tema importante e fundamental e achamos conveniente fazer alguns registros sobre esse assunto que temos abordado com certa frequência na Casa.

Em primeiro lugar, quero discorrer sobre o Dia Mundial da Saúde, que foi criado em 1948 pela Organização Mundial da Saúde, em virtude da preocupação de seus integrantes de manter saudáveis as pessoas no mundo, bem como as alertar sobre os principais problemas que podem atingir a população.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, ter saúde é garantir a condição de bem-estar das pessoas, envolvendo os aspectos físico, mental e social em harmonia.

Esse dia 7, sr. presidente e srs. deputados, não é apenas um dia a mais desses tantos comemorativos que temos, é, acima de tudo, um momento de reflexão, análise e discussão de como anda a saúde em Santa Catarina, quais as ações desencadeadas pelo poder público das três esferas, municipal, estadual e nacional, bem como a aplicação dos recursos a ela destinados.

Não é de hoje que temos defendido que os recursos que atualmente são aplicados na saúde de maneira geral não são suficientes, além do que nem sempre bem empregados. Há uma discussão sobre a elevação dos percentuais destinados à saúde. Aqui mesmo, em Santa Catarina, dos 12% destinados à saúde, sabe-se que parte foi gasta com despesas que não são classificadas como relativas à saúde. E citamos como exemplo o pagamento dos inativos, fato que esta Casa corrigiu aprovando uma emenda constitucional proibindo essa prática.

Existem também questões relacionadas ao financiamento da saúde. Há, inclusive, uma campanha no sentido de modificar uma lei recentemente aprovada no Congresso Nacional, que destina recursos para a saúde: a regulamentação da Emenda n. 29, que frustrou as expectativas da maioria. Há ainda a discussão feita pelos prestadores de serviço sobre a tabela do SUS, que se encontra defasada e que precisa, de forma imediata, ser corrigida.

Fechar os olhos, por exemplo, para os problemas recorrentes, como a falta de estrutura dos hospitais e de profissionais especializados em todas as regiões, principalmente no interior, é regredir em tudo o que já foi feito em termos de saúde.

Dizemos isso porque nós, ainda hoje, nessa audiência pública, presenciamos representantes de hospitais falando da dificuldade de manutenção dos seus serviços. Além do que, quando falamos em saúde, e esse é mais um motivo para refletirmos no dia 7 de abril, temos que pensar não somente na saúde curativa, mas também nas ações preventivas. Nós já aprovamos projetos nesta Casa que

ajudam nesse aspecto, como é o caso de um de autoria deste deputado, que instituiu a Semana Estadual de Prevenção e Combate às Hepatites. Essa é uma questão séria e preocupante em todo o Brasil, mas mais ainda em Santa Catarina, pois há regiões com alta incidência da doença, como é o caso do oeste, que se equipara à região amazônica em termos da incidência da hepatite B.

Outro fato importante que nos faz refletir nessa data é a questão desumana de termos que submeter pacientes a fazer deslocamentos, às vezes de 500km, para buscar atendimento na capital, quando nas suas próprias regiões poderiam ser atendidos se os hospitais estivessem melhor equipados e tivessem mais recursos.

Quero, portanto, neste espaço, reafirmar a opinião de que o Sistema Público de Saúde padece com a falta de recursos, incluindo a falta da estrutura mínima necessária para garantir a saúde. E é bom que se diga que quando falo em atendimento à saúde, refiro-me ao fato de que todas as esferas de governo têm que estar em consonância, pois somente assim teremos perspectivas melhores.

Por fim, sr. presidente, faço novamente um apelo para que o percentual de recursos destinados à saúde em Santa Catarina seja revisado. Não é mais possível continuar atuando em termos de saúde apenas com os recursos hoje destinados.

Esta Casa, no ano passado, aprovou o projeto Revigorar 3, e lá consta um dispositivo, articulado e discutido nesta Casa e encampado pelo governo, segundo o qual os recursos arrecadados oriundos deveriam ir para a saúde e não computados nos 12% constitucionais.

Acho que essa foi uma iniciativa importante, pois cerca de R\$ 200 milhões foram arrecadados para essa finalidade. Esperamos agora a sua efetiva aplicação, já que, conforme demonstrado hoje, algumas questões ainda estão pendentes, como é o caso do mutirão das cirurgias eletivas, que foi anunciado com muita pompa, mas que ainda encontra dificuldades na implementação correta, inclusive sob o ponto de vista dos pagamentos.

Portanto, faço este registro para dizer que no dia 7 de abril, data em que se comemora o Dia Mundial da Saúde, é o momento oportuno para refletir e buscar alternativas que possam melhorar a vida de todos os catarinenses.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, queremos fazer outro registro, porque o dia 7 de abril, que é sábado, não marca apenas o Dia Mundial da Saúde, marca também o Dia Nacional do Jornalista.

Assim, quero parabenizar todos os profissionais e aqueles que futuramente serão profissionais dessa área, por essa importante data, que está carregada de um simbolismo nobre.

Portanto, o Dia Nacional do Jornalista é comemorado no Brasil nessa data em homenagem ao médico e jornalista - e vejam que coincidência - João Batista Líbero Badaró.

Por fim, sr. presidente e srs. deputados, como estamos na semana da Páscoa, quero desejar que essa data sirva para todos como um momento de reflexão sobre as ações que temos que fazer no nosso dia a dia para melhorarmos a vida do nosso povo.

Uma boa Páscoa a todos!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, cumprimento todos os nossos funcionários que dão sustentação a este Parlamento, principalmente no horário de sessão no plenário.

Sr. presidente, uso a tribuna neste dia um pouco acanhado, mas as coisas vão acontecendo e devem ser registradas, até porque quero dividir com os mais de 4.500 bombeiros voluntários que atuam em Santa Catarina as honrarias que recebi em São Paulo, na noite de ontem.

Esses mais de 4.500 bombeiros voluntários têm, com certeza, um pedacinho da placa que recebemos em São Paulo pelos mais de 40 anos de luta em favor dos Bombeiros Voluntários e de todas as corporações de bombeiros de Santa Catarina. Tenho certeza de que os bombeiros de Santa Catarina têm uma parte, meu líder Sílvio Dreveck, da placa que recebemos ontem, juntamente com outros companheiros, que passarei a nominar para que fique registrado nos anais desta Casa.

Essa homenagem é um trabalho do grupo Cipa, de São Paulo, que há alguns anos vem pesquisando quem luta pela segurança no trabalho, contra incêndios, enfim, na segurança do cidadão.

(Passa a ler.)

"Instituído em 2001, o Prêmio Destaque de Prevenção e Combate a Incêndio outorgado pela revista *Incêndio* tem como objetivo homenagear os que se destacaram na luta diária em prol do setor. Os vencedores são escolhidos por meio de votação, em três etapas.

Na primeira etapa, os leitores da revista *Incêndio* e internautas indicam os nomes dos profissionais que se destacaram durante o ano anterior à premiação. Essa escolha ocorre por meio de fichas encartadas na revista e também pela *internet*. Nesse espaço é montado o quadro de indicados.

Na segunda, os nomes são apresentados às entidades do setor, que selecionam dez profissionais. Na terceira e última etapa, os vencedores das edições anteriores escolhem os nomes que devem ser agraciados com a premiação."

Este deputado também fez parte dessa escolha, juntamente com o sr. Luiz Carlos Ducci, engenheiro especialista em projetos de segurança contra incêndios em usinas de açúcar e álcool, na modalidade de Sistema de Combate a Incêndio por Espuma. É uma pessoa extraordinária, que tem uma experiência muito grande.

Outro bombeiro voluntário agraciado foi Jaime Júnior Moser, comandante do Corpo de Bombeiros Civil Voluntário, formado para atender aos municípios de Acurra, Apiúna e Rodeio, que é diretor-tesoureiro da Associação de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina.

Foi também agraciada com o mesmo troféu Tânia Nunes, bombeira civil voluntária e educadora, coordenadora do grupo de Bombeiros Mirins do Corpo de Bombeiros Voluntários de Jaraguá do Sul.

Outro homenageado foi o dr. Moacir Thomazzi, empresário, integrante da Associação Comercial e Industrial de Joinville e presidente da Associação do Corpo de Bombeiros Civil Voluntário daquele município, que tem conduzido os destinos da primeira instituição do gênero de Santa Catarina e que tem mais de 120 anos.

Por isso, quero dividir com essas pessoas e com os mais de 4.500 mil bombeiros voluntários de Santa Catarina, deputado Sílvio Dreveck, que prestam o seu trabalho em prol da sociedade catarinense.

Eu recebi o troféu das mãos do coronel do Exército, dr. Paulo, conhecido em Santa Catarina, que preside as associações do gênero no Brasil. Portanto, foi uma cerimônia muito concorrida. E outras áreas foram premiadas, todas voltadas à segurança, quer contra incêndio, quer na prevenção de acidentes nos locais de trabalho. Enfim, foi uma homenagem muito bonita com pessoas de todo o sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Mas Santa Catarina foi o estado mais representado, inclusive com uma delegação que foi formada por todos os maiores municípios do estado.

A ABVESC mandou o seu representante, que recebeu o prêmio em nome de Moacir Thomazzi e lá elevamos em alto e bom som o nome da Associação dos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina que, inclusive, é muito conhecida em São Paulo no setor de segurança, tanto é que...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Parabéns, deputado Reno Caramori!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, vou dividir o tempo do partido com o deputado Maurício Eskudlark.

Eu gostaria, inicialmente, de registrar a satisfação que tivemos, ontem, de participar como conferencista na audiência pública Jaguaruna Sem Drogas, organizada pela Câmara de Vereadores daquele município, através do seu presidente, vereador Alício da Cruz Bittencourt, com a presença do ex-deputado Vânio de Oliveira, nosso colega de caminhada, também com a presença do palestrante Mark Kin, que veio da Coréia do Sul e está fazendo um projeto pela região sul de Santa Catarina.

Levantamos algumas informações, fizemos uma radiografia também da questão do combate às drogas e da prevenção no sul do estado de Santa Catarina.

O ex-deputado Vânio dos Santos foi um dos fundadores do Desafio Jovem de Criciúma, aliás, a primeira comunidade terapêutica de Santa Catarina está completando 27 anos.

Tivemos a oportunidade de discutir, de debater, com a presença do prefeito, da promotoria, do delegado, dos servidores da segurança pública, a questão das drogas no sul do estado, de forma específica no município de Jaguaruna, com alguns encaminhamentos, anexando ao nosso relatório da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas.

Antes de passar a palavra ao deputado Maurício Eskudlark, quero cumprimentar os radiouvintes, os telespectadores, que estão na véspera de mais uma Páscoa, que é uma data magna do cristianismo.

Acredito que não bastaria o Jesus Cristo ter vindo à Terra, se não tivesse ocorrido a ressurreição. E é isso que a Páscoa traduz, ou seja, a *pessach* dos hebreus, o transpor, o ir adiante. Essa é a mensagem que a Páscoa nos traz.

Lembro que há mais de duas décadas tive a oportunidade de fazer uma aventura com alguns colegas, ocasião em que, com mochila nas costas, chegamos até Israel, até a Palestina. Lembro também que quando chegamos ao local onde os arqueólogos apontam como o provável túmulo de Jesus, uma das coisas que me chamaram a atenção, deputado Neodi Saretta, é que na entrada daquele túmulo não há mais uma pedra, há uma porta de madeira com uma placa com a seguinte frase: "He is not here - He is risen", que quer dizer; "Ele não está aqui, Ele já

ressuscitou". E essa é a proposta da mensagem de Páscoa do cristianismo, porque Cristo vive, e nós temos esperanças, expectativas, horizontes não apenas para essa vida, mas, sobretudo, para a vida eterna.

Por isso, aos srs. deputados, aos nossos telespectadores, a todo o povo catarinense uma feliz Páscoa e que de fato Cristo vivo possa estar presente em nossa caminhada, em nossa biografia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero, inicialmente, agradecer ao deputado Ismael dos Santos e também ao nosso partido, de cujo horário estamos agora dispondo.

Nós temos conversado um pouco, principalmente na comissão de Segurança Pública, sobre a questão da mobilidade urbana e estamos vendo uma verdadeira guerra contra a Universidade Federal de Santa Catarina pela doação de uma área de 800m para a duplicação da rua Edu Vieira na capital. Como disseram alguns jornalistas, os catarinenses têm que analisar friamente a questão, porque não se pode jogar a população contra a UFSC, uma instituição que tanto tem feito pelo estado e pelo país.

O deputado Edison Andrino, que já foi prefeito da capital e bem conhece esta terra, sabe que tem que haver um estudo mais complexo, até pela posição geográfica de Florianópolis, que enfrenta problema sério de mobilidade urbana. A duplicação da rua pode resolver o congestionamento naqueles 800m, mas só vai jogá-lo mais para frente. Então, não adianta de nada!

Portanto, em vez de escolhermos a UFSC como culpada ou para Cristo, como se diz, vamos buscá-la para parceira, através dos seus engenheiros, dos seus professores, dos seus especialistas, dos seus doutores, para apoiar o desenvolvimento harmônico da capital e do trânsito de Florianópolis.

Também gostaria de aproveitar o horário do nosso partido para registrar o reconhecimento ao governador Raimundo Colombo, que amanhã estará assinando alguns atos importantes na região de Caçador, Joaçaba e Lages. Em Joaçaba, às 10h, assinará o projeto encaminhando a regularização das regiões metropolitanas do estado de Santa Catarina.

Essa é uma vitória, deputado Neodi Saretta, das duas regiões que hoje se encontram em disparidade com referência às demais regiões do estado no que tange à distribuição de verbas que são específicas para regiões metropolitanas, das quais 94 municípios de Santa Catarina estão excluídos. Com o projeto do governador Raimundo Colombo, teremos a criação da região do Contestado, com 45 municípios, e da região do extremo oeste catarinense, com 49 municípios.

Dessa forma, haverá igualdade e justiça, por exemplo, no programa Minha Casa, Minha Vida, pois em todas as regiões do estado o cidadão terá o mesmo limite de crédito, o que entendo ser um avanço muito importante para o extremo oeste e para a região do Contestado.

Essa solução foi provocada por esta Casa Legislativa. Aqui tramitou um projeto de autoria do deputado Gelson Merisio, nosso presidente, fazendo uma alteração nas regiões metropolitanas. O deputado Mauro de Nadal apresentou uma emenda. Nós fizemos uma emenda substitutiva global, que foi aprovada por unanimidade. À época houve o veto por vício de origem, mas agora o Executivo apresentou projeto regularizando a situação.

Também quero registrar, e já falei ontem, a realização do 13º Rodeio Nacional e Internacional realizado em Maravilha, no CTG Juca Ruivo, numa festa muito bonita. O CTG fez grandes investimentos naquele espaço e as empresas, as famílias, enfim, todos se confraternizam.

Há os torneios de laço; para a gurizada há os torneios de vaca parada, ocasião em que se vê a disciplina, o respeito das crianças durante a competição, algo extremamente salutar.

Eu tenho dito que se a nossa comunidade convivisse com a organização, com o respeito que se encontra nesses eventos de tradicionalismo no estado de Santa Catarina, a sociedade melhor catarinense seria mais justa, seria melhor.

Parabenizo a patronagem do CTG Juca Ruivo, o patrão Aldérico Biasi e todos os membros da patronagem, pelo que fizeram e pelo exemplo de evento, de organização e de participação.

A RBS de Porto Alegre mostrou uma reportagem sobre a força que o tradicionalismo está ganhando novamente no sul do Brasil e o quanto isso contribui para uma melhor convivência.

Para finalizar, desejo a todas as famílias uma feliz Páscoa, muita paz, muita alegria, muita confraternização em mais um momento para repensarmos o nosso dia com muita alegria e muita fé em Deus.

Nada é por acaso nessa vida, tenho essa filosofia. Deus sabe por quê. E muitas vezes teimamos, não sabendo o porquê de certos atos, de certos acontecimentos, mas no final acabamos reconhecendo e vendo que tudo que ocorre tem um porquê, tem a mão de Deus.

Desejo uma feliz Páscoa a todos e que Deus abençoe todos os catarinenses!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria apenas de dizer que estou muito feliz porque neste domingo de Páscoa vamos poder fazer algo muito importante: vamos entregar, no município de Xanxerê, um laboratório de informática no Lar de Meninos da Igreja Batista. À tarde vamos estar, deputado Dado Cherem, na cidade de Sul Brasil, inaugurando também um laboratório do projeto Passaporte Digital. À noite estaremos em Palmitos entregando mais um laboratório com recursos do Fundo Social, um projeto que lançamos no ano passado.

Conseguimos implementar no estado de Santa Catarina, sr. presidente, 49 laboratórios de informática através de entidades assistenciais, culturais e associações de moradores, para dar inclusão digital às pessoas principalmente na idade adulta e na terceira idade.

É um programa muito legal, que recebeu apoio do governo do estado e que foi concebido e gerido pela minha equipe de mandato. Nós estaremos, portanto, entregando mais um laboratório na cidade de Xanxerê, no domingo pela manhã; à tarde, no município de Sul Brasil, e à noite, na cidade de Palmitos, a fim de que mais pessoas possam participar do mundo digital que estamos vivenciando. E como exemplo vejo o deputado Edison Andrino usando o seu *smartfone*. É muito legal, deputado, ver v.exa. dominando essa tecnologia.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Findo o horário reservado aos Partidos Políticos, suspenderemos a presente sessão e retornaremos exatamente às 16h, para a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)(Faz soar a campanha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

As mensagens de veto que regimentalmente vieram para a pauta, novamente serão retiradas, pois ainda estão pendentes da construção de acordo para a votação, o que deverá ocorrer no máximo até a próxima semana. Caso contrário, vamos deliberar da mesma forma.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0036/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que declara de utilidade pública o Instituto Barriga-Verde, com sede no município de Taió.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0437/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que declara de utilidade pública a Associação Quilombola Comunidade Morro do Boi, com sede no município de Balneário Camboriú.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0516/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação dos Piscicultores de Rodeio.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0018/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que institui o Dia Estadual do Manezinho no calendário oficial do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0031/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre procedimentos para utilização de equipamentos e produtos destinados à emissão de raio laser no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global a fls. 36 e 37.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com o substitutivo global.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar que hoje pela manhã, na comissão de Segurança Pública, quase fui agredido. Se não fossem os funcionários deste Parlamento, o Neroi e o Garcia, eu teria sido agredido por um tal de coronel Mauro, do Corpo de Bombeiros Militar - e soube que ele já tem na sua ficha uma agressão, inclusive, ao comandante. Além disso, tentou desarticular toda a pauta da reunião da comissão de Segurança Pública, interferindo e batendo boca com o nosso presidente, deputado Gilmar Knaesel.

Então, quero deixar registrada a tentativa de agressão do coronel Mauro, do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Sei que se trata de uma atitude isolada, porque a corporação é decente, educada, preparada e respeita o Parlamento catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está feito o registro e a Casa tomará as medidas oficiais cabíveis ao fato.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, na mesma linha, quero colocar que o ato desse coronel não representa o comportamento da corporação. A corporação é séria, tranquila e orgulha o estado de Santa Catarina.

Mas esse fato é muito perigoso, sr. presidente. Acho que a Mesa Diretora precisa tomar uma posição, encaminhar uma manifestação de repúdio ao comando, senão daqui a pouco estaremos sujeitos a não poder expressar o que pensamos. Este é o Parlamento, onde se pratica a democracia, onde as idéias são debatidas. Aqui não é um ringue e a Mesa, repito, precisa tomar uma posição clara sobre o acontecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Estou absolutamente convencido de que fatos como esse não podem ocorrer, especialmente praticado por uma autoridade policial graduada. A Casa irá tomar todas as providências de forma oficial, inclusive com a abertura de inquérito administrativo. Não é possível convivemos com esse tipo de situação, até porque é um precedente que não pode ser aberto, uma vez que aqui várias matérias são deliberadas.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, há pouco usei a tribuna lamentando esse fato e solidarizando-me com o deputado Darci de Matos. Penso que essa é uma questão dos 40 deputados, especialmente da Mesa Diretora e da Presidência. As pessoas vêm aqui para contribuir, para participar de forma aberta e democrática e não para xingar o deputado, ofender sua honra ou

até agredi-lo fisicamente. É necessária uma medida exemplar, porque hoje foi com o deputado Darci de Matos e amanhã poderá ser com qualquer um de nós. Não podemos admitir mais isso neste Parlamento, que é a Casa do Povo. Todos têm que saber que aqui trabalham 40 deputados eleitos pelo voto direto, que têm o direito de se manifestar a favor ou contra qualquer matéria, porque isso faz parte da democracia. O deputado Darci de Matos se manifestou de forma muito correta, como é do seu perfil. Não podemos admitir que a pessoa que participa de uma audiência pública ofenda qualquer deputado. E houve até tentativa de agressão física, que não se consumou em virtude da intervenção de algumas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s 0131/2012; 132/2012 e 0133/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero apenas reforçar que os agricultores familiares do oeste atingidos pela estiagem - e em todo o estado há municípios entrando em estado de emergência - precisam de um programa arrojado de investimento para a construção de reservatórios de água. Estamos propondo que o estado, no mínimo, isente do ICMS os insumos para a construção.

Como não podemos promover a renúncia de recursos, propusemos um projeto de lei relativo tanto às cisternas, quanto ao Troca-Troca, já que os agricultores estão perdendo também a safrinha.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0297/2012 e 0303/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0298/2012, 0299/2012, 0300/2012, 0301/2012 e 0302/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0304/2012 e 0305/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0306/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; e 0307/2012 e 0308/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Moção n. 0010/2012, de autoria do deputado Antonio Aguiar, a ser enviada ao ministro dos Transportes, apelando pela construção de elevado no entroncamento das BR-116 e BR-280, no município de Mafra.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, às 10h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

A T O S D A M E S A D L

A T O D A M E S A N º 015-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gilmar Knaesel para ausentar-se do País, no período de 11 a 13 de abril do corrente ano, para participar de atividade da UPM na Cidade de Montevidéu, Uruguai.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 11 de abril de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Jailson Lima - 1º Secretário
Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

*** X X X ***

A T O D A M E S A N º 016-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Elizeu Mattos para ausentar-se do País, no período de 29 de abril a 9 de maio do corrente ano, para participar de evento e encontro nos Estados Unidos da América.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 11 de abril de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente
Deputado Jailson Lima - 1º Secretário
Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

A U D I Ê N C I A P Ú B L I C A

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO E PELA COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL PARA DEBATER A INEFICIÊNCIA DO SERVIÇO PRESTADO PELAS EMPRESAS DE TELEFONIA MÓVEL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2012, ÀS 9H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos 28 dias do mês de março de 2012, às 9h, realizou-se no Auditório Deputada Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, audiência pública com o objetivo de debater a ineficiência do serviço prestado pelas empresas de telefonia móvel no Estado de Santa Catarina. A audiência foi requerida pelo Deputado Estadual Silvio Dreveck, Vice-Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, e pelo Deputado Estadual Joares Ponticelli, e presidida pelo Deputado Estadual Elizeu Mattos, Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, e pelo Deputado Estadual Dóia Guglielmi, Presidente da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul. A **senhora mestre de cerimônias, Sorala Boabaid**, deu início à audiência pública convidando para compor a mesa o Deputado Estadual Elizeu Mattos, Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público; o Deputado Estadual Dóia Guglielmi, Presidente da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul; o Deputado Estadual Silvio Dreveck; o Deputado Estadual Joares Ponticelli; e o Deputado Estadual José Nei Ascari. Em seguida, passou a palavra ao **senhor Presidente, Deputado Estadual Elizeu Mattos**, que afirmou que aquela não era a primeira reunião de trabalho a respeito de telefonia e disse que em 28 de junho de 2007 havia sido realizada uma grande audiência pública sobre o mesmo tema, tendo sido elaborada, na ocasião, a Carta de Santa Catarina, momento em que receberam algumas respostas da Anatel e das operadoras. Ato contínuo, comunicou a todos como seria o andamento da audiência, acrescentando que ele e o Deputado Estadual Dóia Guglielmi dividiriam a presidência dos trabalhos. Dito isso, convidou para fazerem parte da mesa o senhor Jonir Santos, gerente operacional substituto da Anatel, representando o senhor Estevão Hobold, da Anatel; o senhor Paulo Antonio Locatelli, Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, representando o Dr. Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça; a senhora Elizabete Luiza Fernandes, diretora executiva do Procon de Santa Catarina; o senhor Tony Hornes, diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil); o senhor Sérgio Alexandre Medeiros, presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL-SC); o senhor Douglas Gleen Warmling, Prefeito do Município de Siderópolis e presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam); a senhora Fabiana Torres Machado, gerente jurídica da Claro S/A, representando o senhor Carlos Zenteno de los Santos, presidente da Claro S/A; o senhor Gonzalo Charlier Pereira, diretor de Relações Institucionais com Estados e Municípios da Oi; o senhor Daniel Silveira da Encarnação, diretor de Relações Institucionais da Vivo; e o senhor Leandro Guerra, diretor executivo de Assuntos Institucionais da TIM Brasil, representando o senhor Ari Boehme, diretor-superintendente da TIM Sul. A seguir, o senhor presidente registrou a presença em audiência das seguintes pessoas: Edgar Novuchuy Pereira Usuy, colaborador da Unidade de Assuntos Tributários e Legislativos da Fiesc, substituindo o senhor Glauco José Côrte,

presidente da Fiesc; Janete Albano Pazetto, representando à senhora Edna Beltrame Gesser, Prefeita do Município de Dona Emma; Vereador João Carlos Pereira Barros, do Município de Campo Belo do Sul; Sérgio Popper, vice-presidente do Sindicato dos Representantes Comerciais de Santa Catarina; Vereador Leonardo Garcia Heinzen, presidente da União das Câmaras de Vereadores da Região Serrana de Santa Catarina; Tiago Silva, diretor executivo do Procon de Florianópolis; Vereador Thiago Costa, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Rio Rufino; Vereador Ademir da Guia Martins, do Município de Campo Belo do Sul; Vereador Edemar Alberto Pleitsch, do Município de Campo Belo do Sul; Vereador Max Branco de Moraes, do Município de Campo Belo do Sul; e Vereador Gian Francesco Voltolini, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Nova Trento. Prosseguindo a audiência pública, passou a palavra aos Deputados proponentes da audiência pública, iniciando pelo **senhor Deputado Estadual Joares Ponticelli**, que saudou autoridades e demais presentes e disse que estava contente com a presença da Anatel na Assembleia Legislativa, justificando ser difícil obter respostas da Agência Reguladora aos questionamentos feitos pela Casa. Ato contínuo, lamentou a ausência de membros da diretoria da Anatel; informou que Santa Catarina não tinha autonomia plena, pois se reportava ao Paraná; e pediu ao representante da Anatel que explicasse melhor a estrutura administrativa da Agência. Na sequência, contou que esteve em Pernambuco no início da semana, local onde o Judiciário estava começando a fazer o seu papel proibindo as empresas de venderem novas linhas se não houvesse a comprovação do devido investimento; acrescentou que no dia anterior, na Assembleia do Espírito Santo, foi anunciada a CPI sobre a precariedade dos serviços de telefonia móvel; e falou que aquele era um problema enfrentado pelo Brasil inteiro e que seria aberto um espaço para a discussão do tema na Conferência das Assembleias, em maio, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Em seguida, lamentou novamente a ausência de algum conselheiro ou de diretores em nível nacional da Anatel e agradeceu, ainda assim, a presença do senhor Jonir Santos, gerente operacional substituto da Agência. Dito isso, comentou ter apresentado, em conjunto com o Deputado Silvio Dreveck, o requerimento para promover a audiência pública a fim de se discutir a precariedade dos serviços de telefonia, tendo em vista as queixas diárias, já de domínio público. Ato contínuo, analisou que, atualmente, fazer ou manter uma ligação telefônica estava virando praticamente caso de saúde pública, pois era difícil fazer uma ligação sem se chegar a um verdadeiro ataque de nervos, acrescentando que a situação piorava à medida que se ia para o interior do Estado; e falou que reclamações sobre os serviços 3G eram constantes, assim como eram frequentes os apagões telefônicos. Citou, ainda, o drama que era a tentativa de cancelamento de uma linha telefônica, analisando que comprar a linha era muito fácil, mas cancelá-la era uma tarefa praticamente impossível e repleta de burocracia. Continuando seu pronunciamento, considerou tudo isso um desrespeito aos cidadãos e disse tratar-se de um problema generalizado que causava sensação de impotência nas pessoas. Posto isso, disse querer ouvir explicações das empresas a respeito da queda na qualidade dos serviços de telefonia, bem como a respeito do problema da propaganda enganosa na venda da Internet de banda larga, explicando que se vendia uma velocidade que, na realidade, não era ofertada ao cliente. Também mencionou querer ouvir as empresas a respeito dos investimentos, se estavam sendo feitos e onde estavam sendo realizados, justificando não se obter resposta quando se pretendia buscar tais números. A seguir, falou que a Anatel havia sido constituída para fiscalizar, cobrar e punir, mas afirmou que as Agências brasileiras estavam se tornando mais reais que o próprio rei, como era o caso da ANTT na situação do contorno viário de Florianópolis e da própria Anatel. Encerrando, disse que precisava haver, acima de tudo, mais respeito

às instituições constituídas e legítimas, como a Assembleia Legislativa, e afirmou que não havia, por parte da Anatel, respeito àquela Casa constituída legitimamente pelo voto, conforme estabelecia o regime democrático brasileiro. Na sequência, o **senhor Presidente** convidou para tomarem assento à mesa o Deputado Estadual Neodi Saretta e o senhor Adriano Tavares da Silva, representando a Comissão para Assuntos da Capital da OAB/SC. Ato contínuo, passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Silvio Dreveck**, que cumprimentou os Parlamentares, as autoridades e os demais presentes e agradeceu pela presença à Anatel e às operadoras de telefonia. A seguir, endossou as palavras do seu colega Deputado Joares Ponticelli e acrescentou indagações dirigidas à Anatel. Perguntou qual era a autonomia da Agência em Santa Catarina, interrogando se era autonomia financeira, administrativa ou de investimentos, e quais critérios de investimentos futuros a Agência determinava para as operadoras. [Taquígrafa-Revisora: *Carla Greco Granato*.] Posto isso, comentou que algo estranho estava acontecendo com o Estado de Santa Catarina e disse não saber se os critérios utilizados eram a população, a quantidade, a qualidade, destacando que o último critério não era o caso. A seguir, informou que principalmente no interior dos Municípios não havia sinal, não havia determinação e que não se sabia o porquê daquilo, e frisou que onde havia maior concentração de população, em alguns Municípios e na Capital, existia o problema da interrupção, da falha e da má qualidade da telefonia. Na sequência, acrescentou que quando se precisava fazer uma reclamação através do *call center* ou um cancelamento da linha era melhor contratar alguém com CPF, porque além da falta de consideração o fato era que, fosse ele um executivo ou um agricultor que estivesse no interior, muitas vezes a pessoa ficava mais de uma hora no telefone para não resolver o seu problema, avaliando que aquilo era inadmissível. Ato contínuo, comentou que o Brasil vinha se modernizando e se atualizando, porém, reafirmou que nos dias atuais não daria para aceitar que as pessoas ficassem mais de hora para resolverem o seu problema, e observou que muitas vezes as pessoas acabavam desistindo de esperar para serem atendidas e entravam na Justiça, avaliando que aquilo era um desrespeito e um desperdício de tempo. Diante disso, manifestou acreditar que a Anatel tinha uma posição clara em relação ao que foi exposto, até porque a Agência fez as concessões, e reafirmou que desejava saber quais eram os critérios adotados para investimentos em Santa Catarina e qual era a autonomia da Agência no Estado, se ela reportava-se diretamente a Brasília ou estava subordinada a uma outra superintendência, ou algo do gênero, para que se pudesse dar uma satisfação à população catarinense. Por fim, agradeceu pela oportunidade de estar ali debatendo aquele assunto, a seu ver, da maior importância para a população catarinense. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Elizeu Mattos**, manifestou o seu agrado a todos pela presença dos Vereadores, uma vez que era na ponta que estouravam os problemas e eles eram os melhores representantes da população porque estavam mais próximos dela. Na sequência, registrou a presença do Vereador Luiz Otávio Moretti Gamba, do Município de Bom Jardim da Serra; do Vereador José Odorico Munhoz, do Município de Campo Alegre; do Vereador Edilson Pruckneski, do Município de Campo Alegre; da Vereadora Ana Lucia Piski, do Município de Campo Alegre; do Vereador Andrigo Bertotto, do Município de Macieira; do Vereador Almir José Rossi Arconti, do Município de Macieira; do Vereador Ildair Betinelli, do Município de Macieira; e do Vereador Luiz Camuzatto, do Município de Macieira. Feitos os registros, concedeu a palavra ao **Deputado Estadual Neodi Saretta**, que afirmou que já foi destacada a importância do tema e que ali estavam representantes que poderiam trazer mais esclarecimento e ouvir a angústia da população catarinense com relação à qualidade dos serviços prestados ao Estado de Santa Catarina especialmente pela telefonia. Como entendeu que a audiência pública era mais para ouvir, o Parlamentar colocou-se à disposição naquilo que fosse possível contribuir e deixou o seu espaço de tempo para os convidados fazerem as suas manifestações. Dando seguimento à audiência, o **senhor Presidente** concedeu a palavra ao **Deputado Estadual Dóia Guglielmi, Presidente da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul**, que, após os cumprimentos de praxe, disse que Santa Catarina tinha aproximadamente sete milhões de usuários, o que significava que 1,6% da população de Santa Catarina tinha uma linha telefônica móvel. A seguir, lamentou não haver em Santa Catarina superintendência da Anatel e declarou que as reclamações eram feitas em um Estado vizinho para chegarem à diretoria da Agência, destacando que não tinha nada contra o Estado vizinho, porém, afirmou que era a Anatel que deveria fazer o atendimento, como outras agências reguladoras nacionais, já que era a sua atuação. Ato contínuo, comentou a dificuldade em se entrar em contato com a Agência para que as empresas pudessem resolver os seus problemas. Prosseguindo, contou que naquela manhã teve oportunidade de dar duas entrevistas a rádios do interior para esclarecer a sociedade, por vinte minutos; que durante esse tempo as linhas telefônicas das emissoras ficaram congestionadas; e que foi constatado que num levantamento feito no Procon do Estado a maior reclamação era realmente contra as telefonias. Também contou que atualmente não precisava ser maior de idade para comprar um aparelho com número, que bastava apenas o CPF, salientando que às vezes mesmo sem o CPF o menor conseguia comprar o aparelho e em questão de quatro minutos saía da loja ligando para o pai ou para mãe, para todo o Estado e todo o Brasil. Em

seguida, ponderou que não existia transparência nos telefones pré-pagos e, exemplificando, que o usuário colocava cinquenta reais de crédito, fazia uma ligação de oito minutos e muitas vezes não vinha o saldo restante, sendo que no dia seguinte pela manhã não havia mais crédito. Ante o fato apresentado, perguntou com quem o usuário poderia conversar para ter uma explicação, destacando o fato de que para desativar a linha de telefone às vezes tinha-se que ligar vinte vezes, com duração de meia hora cada ligação. Feito o registro, sugeriu a colocação, na menor cidade do interior do Estado de Santa Catarina, ou nas cidades-polo, ou que fosse estabelecido um critério por número de habitantes, de um *call center* para atender o usuário nas suas reclamações, e que pudesse ser feito um protocolo e o usuário resolvesse, até juridicamente, o seu problema, observando que aquilo não existia atualmente. Ato contínuo, destacou ser um verdadeiro absurdo o sinal das empresas de telefonia, pois muitas vezes não se conseguia concluir uma conversa de três minutos porque não havia condições de sinal, sendo que se tinha que buscar o raciocínio sobre em que ponto a conversa havia parado. Na sequência, avaliou que os Deputados de Santa Catarina, que tem economia elevada, uma população ordeira e trabalhadora, não precisavam ser dia a dia questionados; que a audiência pública era para efetivamente se tomar algumas decisões; que as empresas, principalmente a Anatel, tinham que dar solução para o Estado de Santa Catarina, que era um grande consumidor; e que quando se falava na concessão ou permissão tinha que se ter responsabilidade. Posto isso, disse ter visto, naquela semana, alguns trabalhos feitos pelas empresas e constatado que elas realmente cumpriam com todas as normas assinadas no contrato com a Anatel. Concluindo, ainda avaliou que a Anatel tinha que ser acionada para que ela evoluísse e fizesse com que as empresas absorvessem todas as reclamações e também que a Anatel desse sustentação ao usuário para que ele tivesse qualidade de serviço e pudesse consumir cada dia mais. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** informou qual seria a sequência das falas, estabeleceu o critério de cinco minutos para cada orador e passou a palavra à **senhora Elizabete Luiza Fernandes, diretora executiva do Procon de Santa Catarina**, que cumprimentou todos presentes, especialmente o Tiago Silva, que fazia um trabalho incansável em relação à telefonia móvel. A seguir, informou que preparou a apresentação em relação ao trabalho que se estava fazendo no Estado de Santa Catarina com os Procons municipais sobre a telefonia móvel. Iniciando a apresentação em PowerPoint, avaliou ser utopia não haver problema num País com 247,6 milhões de linhas telefônicas para uma população brasileira de 190 milhões, pois era muita quantidade de aparelhos e muita abrangência. Ato contínuo, recordou o que foi colocado pelo Deputado Dóia de que só em Florianópolis havia aproximadamente sete milhões de usuários, ou seja, 1,6% da população de Santa Catarina, e revelou que houve um crescimento constante de 19%, de fevereiro de 2011 para fevereiro de 2012. Dito isso, afirmou que havia reclamações ao Procon, observou o que foi colocado pelo Deputado Joares Ponticelli sobre elas, informou que havia reclamações sobre as cobranças indevidas e a má qualidade do aparelho em si, deixando muitos consumidores totalmente sem serviço, e chamou a atenção de que não estava falando que o serviço caiu. Quanto à questão das vendas indevidas, comentou a existência de postos de vendas de operadoras que não tinham abrangência na área, mas que estavam vendendo os aparelhos, e exemplificou a compra de uma telefonia móvel da Vivo em Içara, como colocado pelo Deputado Dóia, sendo que aquela cidade era atendida pela Oi. Continuando, afirmou que também havia problemas no que dizia respeito aos serviços 3G, à demora no atendimento dos *call centers* e ao atendimento eletrônico, que era feito através de voz mecanizada. Com relação ao desligamento do aparelho e à troca de operadora, disse que havia a questão da fidelidade, e recordou a primeira audiência sobre telefonia móvel, quando estiveram presentes e disseram que venda casada, dentro das operadoras, havia mudado de nome para fidelidade, e falou que aquilo era um problema que persistia há anos. Prosseguindo, afirmou que outra questão que era preciso que eles resolvessem, e não somente a Anatel, era que nas agências reguladoras existiam os conselhos consultivos e neles não havia representação dos consumidores, o que, a seu ver, era uma grande falha, destacando que havia representantes das empresas. Dito isso, chamou atenção de que quando se fazia qualquer mudança na legislação, nas resoluções e nas portarias os consumidores, que eram os usuários, os que pagavam a conta, ficavam sem voz porque não tinham acesso, não tinham assentamento naqueles conselhos das agências reguladoras. Ante o exposto, sugeriu aos Deputados, que representavam o Estado de Santa Catarina e que tinham os seus colegas na Câmara Federal, uma representação dos órgãos de defesa do consumidor dentro dos conselhos consultivos das agências reguladoras, a fim de que pudessem opinar e discutir antes que as resoluções entrassem em vigência, para que o povo sofrido não fosse mais prejudicado. Feitas essas colocações, passou a mostrar alguns números levantados, por operadora, do ano de 2010 ao ano de 2012, no que tangia ao atendimento, à reclamação e à resolutividade. No que diz respeito ao atendimento, explicou o fato de que o consumidor chegava ao balcão, fazia a sua manifestação e, de imediato, a atendente ligava e procurava resolver o problema por telefone, e quando não conseguia resolver o atendente era obrigado a abrir uma reclamação. Continuando, informou que, em 2010, as operadoras TIM, Claro, Vivo, Oi totalizaram quatro mil reclamações, com média de resolutividade de 95% a 97%. Em

2011, constatou-se que as reclamações diminuíram um pouco, totalizando 3.200, com resolutividade de 92% a 96%, o que demonstrou que começou a ficar difícil resolver os problemas. A seguir, colocou que os números apresentados não refletiam o Estado de Santa Catarina. [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza.] Posto isso, afirmou que para se ter um diagnóstico correto da ansiedade da população catarinense precisaria haver um levantamento de todos os Procons municipais, mas que infelizmente só havia Procon em 64 dos 293 Municípios do Estado, e esclareceu a todos que os dados eram cadastrados através do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e somente Florianópolis detinha aquele sistema, auxiliando os consumidores. Em função do que havia colocado e por 2012 ser ano eleitoral, apelou aos Deputados que elegessem Prefeitos comprometidos em implantar o Procon municipal para que os cidadãos pudessem exercer a sua cidadania no seu próprio Município. Na sequência, reiterou a sua colocação de que só se teria um diagnóstico do que representava a telefonia móvel e a qualidade do serviço no Estado de Santa Catarina quando se tivesse Procons municipais em todo o Estado. Ato contínuo, observou que mesmo existindo somente 64 Procons municipais em 2011 foram realizadas quatro jornadas de encontro dos Procons, sendo que nas jornadas de Florianópolis e de Chapecó conseguiu-se levar todo o pessoal da telefonia móvel que naquela audiência se fazia presente, a fim de que os usuários das regiões pudessem colocar os seus questionamentos e ver resolvidos os seus problemas. Em seguida, disse que o Procon estadual tem feito um trabalho constante no sentido de fazer com que a telefonia móvel atenda ao máximo a população, acabando com as reclamações, e afirmou que o ideal era não ter nenhuma reclamação, mas que em um País com 247 milhões de linhas telefônicas seria impossível não ter reclamação. Continuando com a projeção em PowerPoint, mostrou um gráfico comparativo de atendimentos entre todas as operadoras, entre 2011 e 2010, um gráfico comparativo de reclamações e um quadro comparativo de resolutividade, demonstrando que em 2011 houve 94,28% de resolutividade e em 2010 houve 94,93%, e ressaltou que, se não se tivesse trabalhado muito e pressionado as operadoras a solucionar os vários problemas existentes, a população já teria depredado os pontos de venda da telefonia móvel. Ato contínuo, disse que para se conseguir um nível daqueles de resolutividade tinha-se que tomar medidas extremas, como a do fechamento da TIM, mas que considerava que o importante não eram medidas como aquela e, sim, ter conscientização sobre a necessidade de prestar um serviço de qualidade à população. Em seguida, informou que atualmente estava crescendo a reclamação em relação aos aparelhos e não somente aos serviços, sendo necessário rever os acordos com os fornecedores de aparelhos, afirmando que aquele era um caso muito sério, pois além de o consumidor ficar sem o sinal ficava também sem o aparelho. Concluindo, afirmou que pelo cadastro de reclamações fundamentadas, publicado em 2011 no site do Procon/SC, as empresas de telefonia estavam em segundo lugar, sendo que o líder no ranking em nível estadual e municipal eram as instituições financeiras, e deixou como sugestão, a exemplo do que estava ocorrendo naquela audiência para discutir telefonia móvel, um debate sobre as instituições financeiras. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Elizeu Mattos**, solicitou aos oradores a manutenção do horário definido para que maior número de pessoas pudesse se manifestar e fez contraponto às palavras da senhora Elizabeth Baesso, que disse que o Brasil tinha 247 milhões de linhas telefônicas, afirmando que, se não tivesse capacidade para dar qualidade na prestação do serviço, não poderia ter 247 milhões de linhas, e que isso não justificava a péssima qualidade do serviço. Em seguida, passou a palavra ao **senhor Tiago Silva, diretor executivo do Procon de Florianópolis**, por até cinco minutos, que cumprimentou todos os presentes, agradeceu pelo apoio do Ministério Público e disse que estava muito feliz por estar tendo a oportunidade de falar com a Anatel, que até então esteve surda e muda. Na sequência, afirmou que a telefonia em Florianópolis passava por grande revolução, pois atualmente as pessoas adquiriam os aparelhos com grande facilidade, compravam chip a R\$ 10,00 em quiosques, mas que o problema estava no pós-venda, que não funcionava, e apresentou os números de uma lista das empresas que mais receberam reclamação em 2011, iniciando com a telefonia TIM, com 1.199, seguido pela telefonia Oi, com 671, pela telefonia Claro, com 517, e pela Vivo, com 272, sendo que existe por parte de algumas telefônicas o compromisso de querer resolver o problema, mas por parte de outra não, salientando que o problema gravíssimo era da telefonia TIM. Dito isso, lembrou de que em maio do ano anterior tinha tomado a decisão de suspender a TIM de vender linhas telefônicas e Internet durante 48 horas após constatar que não cumpria uma resolução da Anatel e disponibilizava seis atendentes para a venda e somente um para o pós-venda, fazendo com que o consumidor esperasse horas para ser atendido no pós-venda, numa clara demonstração de que a prioridade era a venda. Em seguida, afirmou não entender por que a TIM tinha esse comportamento, por que tinha o privilégio de não respeitar o consumidor, e abriu um parêntese para registrar publicamente que havia chamado a Oi para conversar a respeito, que assinou um Termo de Ajustamento de Conduta se comprometendo a fazer com que o pós-venda funcionasse, o que estava acontecendo. Reportando-se a uma matéria do Portal Pampulha, veiculada no dia 16 de agosto de 2011, que dizia que a TIM havia feito a contratação do ex-Ministro Hélio Costa para o cargo de conselheiro, falou que havia passado a acreditar que a partir

daquele momento a TIM iria funcionar, afinal era o ex-Ministro que estava assumindo, mas o que havia visto era que a situação tinha piorado. Ato contínuo, reiterou não entender o fato de a TIM não respeitar o consumidor, mesmo tendo conversado com aquela empresa várias vezes, e exemplificou com o fato de que na semana anterior havia realizado uma audiência na qual uma consumidora tinha comprado um aparelho havia sessenta dias e até aquele momento não o tinha recebido, obtendo como resposta do advogado da TIM que simplesmente eles estavam com problema. Dirigindo-se ao advogado, invocou o artigo 56 do Código e falou que, se eles não estavam dando conta dos consumidores atuais, não poderiam mais adquirir novos consumidores. Isso posto, leu na íntegra o que saiu na revista Veja, na coluna Holofote: "Servindo a Dois Senhores. Consultor da TIM e ex-ministro das Comunicações, Hélio Costa tenta fazer de Marcelo Bechara o novo presidente da Agência Nacional de Telecomunicações. Bechara foi seu consultor jurídico no Ministério e hoje é conselheiro da Agência. Costa conseguiu o apoio do PMDB, mas tem a oposição do atual Ministro, Paulo Bernardo, que trabalha para colocar Daniel Slaviero no cargo." Logo após a leitura, afirmou que não seria preciso dizer muito, ou seja, ele era o consultor e queria fazer de um conselheiro o presidente da Anatel, considerando que aquilo era caso de polícia, caso para Ministério Público, e finalizou dizendo que a Anatel precisava deixar de lado a hipocrisia e dizer se voltaria a defender os consumidores ou assumiria de vez o papel que vinha exercendo de defender as empresas. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** disse que como o senhor Tiago Silva não havia utilizado todo o seu tempo o senhor Alisson Micoski, gerente do Consumidor do Procon de Florianópolis, apresentaria um vídeo de 45 segundos que consistia numa reportagem da Band divulgando imagens do conselheiro João Rezende, da Anatel, comemorando com executivos da NET um acordo para vetar qualquer regra que atrapalhasse os planos da empresa de expandir seus negócios, bem como de um encontro seu com um diretor da Oi também comemorando a rápida aprovação do regime de urgência para a votação do PL 116, e que a reportagem disse ainda que João Rezende, que já havia presidido uma empresa de telefonia, era conhecido na Anatel pelas relações próximas com a Oi e a NET. (Procede-se à apresentação do vídeo.) Após a apresentação do vídeo, o **senhor Alisson Micoski, gerente do Consumidor do Procon de Florianópolis**, dirigiu-se ao Deputado Estadual Joares Ponticelli e disse que como o Parlamentar havia dito que era difícil falar com o diretor-presidente da Anatel, que era aquele senhor da reportagem, talvez se conseguisse falar com a NET e com a Oi para que se conseguisse falar com o diretor-presidente da Anatel. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** agradeceu a participação do Procon de Florianópolis e registrou a presença do Vereador Ariovaldo Machado, de Bom Jardim da Serra, presidente licenciado da Uveres, e do Vereador André Fretta May (Deka May), de Tubarão, registrando que o mesmo tem tratado do assunto frequentemente na Câmara Municipal de Tubarão. Na sequência, passou a palavra ao **senhor Sérgio Alexandre Medeiros, presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL)**, que cumprimentou todos os membros da mesa e os demais participantes e disse que em nome dos lojistas catarinenses a entidade se fazia presente àquela audiência, uma entidade que estava presente em 185 Municípios do Estado, para trazer a preocupação dos lojistas quanto à telefonia fixa, à Internet e à telefonia móvel, e mais especialmente em relação à Internet. Através de apresentação em PowerPoint, afirmou que tinham preocupação em função das exigências do Fisco estadual ao varejo, e relacionou a emissão de nota fiscal eletrônica, cujos equipamentos têm que estar conectados à Internet para que se possa emitir a nota fiscal eletrônica; a TEF, que é a venda por cartão de crédito, cujo equipamento pode ser usado por linha discada, mas como não tem uma velocidade muito grande, a Internet é a mais utilizada e os estabelecimentos são obrigados a utilizar esse sistema; e o PAF-ECF, sistema homologado por todas as Secretarias de Fazenda, que gera diversos relatórios no final do mês que o lojista tem que enviar à contabilidade, normalmente via Internet. Ato contínuo, ressaltou que apesar de toda a tecnologia do Fisco existiam problemas em relação à abrangência da cobertura de Internet e, continuando com a sua apresentação em PowerPoint, afirmou que atualmente em Santa Catarina atuavam com Internet basicamente duas empresas, a Oi, presente em 100% dos Municípios, mas que sua cobertura não era em 100% dos mesmos, e a GVT, presente em somente treze Municípios, e que algumas cidades possuíam outros tipos de acesso à Internet, como via rádio, via NET, mas que ainda assim muitos Municípios não tinham a disponibilidade de Internet e de serviço para que o lojista pudesse cumprir com as suas obrigações. Em relação à qualidade, reportou-se a uma notícia do Diário.com do ano anterior que dizia que o Brasil era o 163º no ranking de velocidade média da Internet e que Itapema, em Santa Catarina, tinha a segunda conexão média mais lenta entre todas as cidades do mundo avaliadas, com 61 quilobytes por segundo. Dito isso, afirmou que esse era um título nada honroso para os catarinenses e que o Brasil ficava atrás de diversos países que não tinham o desenvolvimento e a capacidade que o Brasil tinha em tecnologia, retratando uma realidade que certamente prejudicava não só os comerciantes mas toda a população. Também disse que outro item preocupante era a questão do suporte, cujo atendimento, quando feito, era normalmente via 0800, mas que mesmo assim havia grande demora em resolver a situação, o que fazia com que o estabelecimento deixasse de faturar, deixasse de vender com

cartão de crédito, deixasse de emitir nota fiscal. [*Taquígrafo-Revisora: Siomara G. Videira.*] Na sequência, comentou fato ocorrido em sua cidade, onde um caminhão alto acidentalmente arrancou os fios elétricos da Celesc e os da rede telefônica, no caso da Oi, os quais ficaram rebentados por três dias, sendo que não havia com quem conversar a respeito no sentido de se resolver aquela situação, salientando que deveria ser instalado o atendimento físico para que fosse possível a solicitação de reparação. Continuando, disse que, visando melhorias, o Governo do Estado deveria estimular a concorrência de mais empresas, além de criar novas opções de Internet, como a via energia, ou até mesmo utilizando a atual rede móvel, caso esta fosse melhorada e tivesse o valor da Internet compatibilizado. Finalizando, lembrou de que estava ali trazendo a preocupação dos lojistas, pois a situação era muito complicada, especialmente nos pequenos Municípios do Estado. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Elizeu Mattos**, passou a palavra ao **senhor Douglas Gleen Warmling, Prefeito do Município de Siderópolis e presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam)**, que afirmou que era muito fácil adquirir uma linha telefonia, porém os problemas começavam a aparecer quando o cidadão passava a ser um usuário do sistema de telefonia móvel. Em seguida, comentou que quando era criança, no Município de Siderópolis, era um luxo uma família possuir uma linha telefônica em sua residência, mas que nos dias atuais cada pessoa possuía uma ou até mesmo várias linhas telefônicas, transformando-se em um meio de comunicação importante e em um instrumento de trabalho presente em todas as esferas sociais. Dito isso, falando em nome da Fecam, agradeceu aos Deputados pela realização daquela audiência pública e salientou o fato de que os Prefeitos recebiam uma cobrança muito forte por parte da sociedade, pois esta queria ver os seus problemas resolvidos. Também disse que a Fecam não entendia o porquê de haver aquela distância tão grande entre as empresas de telefonia e os usuários, afirmando que o telefone móvel era um instrumento importantíssimo em diversas profissões, inclusive para o administrador público, pois este poderia se deslocar pelos diversos pontos do Estado e dos Municípios conversando com Prefeitos, Secretários e Vereadores, havendo o contato direto com os gestores de Santa Catarina. Ainda disse que esse contato direto não ocorria entre as empresas de telefonia e os seus usuários, afirmando que quando ligava para aquelas empresas ao invés de uma pessoa atender, era uma gravação que atendia às ligações, sem sentimento, deixando as pessoas mais estressadas, pois o cidadão comum pagava caro pelos serviços de telefonia e era justamente quem mais sentia os efeitos da má realização daqueles serviços, e falou que a telefonia celular havia evoluído tecnologicamente, porém os serviços prestados careciam de melhorias. Continuando, afirmou que os Municípios catarinenses precisavam instalar os seus Procons, dizendo que os Municípios ficavam com apenas 12% da receita federal e lembrando de que a partir da Constituição de 1988 praticamente foram municipalizados os serviços de educação, saúde, assistência social e lazer, o que onerou por demais os Municípios. Finalizando, pediu à sociedade civil e à classe política que se unissem por uma melhor distribuição da carga tributária, pois as receitas municipais estavam comprometidas nos diversos programas que haviam sido criados ao longo do tempo, os quais os Municípios deveriam cumprir. Na sequência a palavra foi concedida ao **senhor Adriano Tavares da Silva, representando a Comissão para Assuntos da Capital da OAB/SC**, que disse que a OAB trouxera três encaminhamentos a serem enviados ao representante da Anatel, quais sejam, o de conhecer quais exigências foram feitas pela Anatel às concessionárias diante da situação caótica em que se encontra a telefonia de Santa Catarina; quais medidas foram promovidas pela Agência e quais destas promoveram melhorias; e quais sanções já haviam sido aplicadas em razão do descumprimento dos contratos de prestação de serviços e do abuso contra os direitos do consumidor. Em seguida, afirmou que aqueles encaminhamentos seguiam a orientação do Conselho Federal, que buscava informações a respeito da má qualidade da telefonia nacional, pois os problemas em relação à telefonia afrontavam não somente a sociedade, mas todos os Poderes da esfera nacional. Citando como exemplo o Poder Judiciário, comentou que em um único dia uma operadora de telefonia ingressara com 722 recursos ao Superior Tribunal de Justiça, e confessou ser praticamente impossível suprir a demanda de todos aqueles processos e depois enviá-los a Brasília. Segundo o orador, aquela situação trazia morosidade ao Poder Judiciário, que poderia estar envolvido com questões sociais mais relevantes, citando que o trabalho da Justiça, mesmo com as audiências realizadas pelos Procons estaduais e municipais e com os mutirões de reconciliação, ainda era pouco para se resolver aquela situação, visto a enormidade da demanda. Posto isso, conclamou os colegas que atuavam nas assessorias jurídicas das empresas de telefonia para que tentassem acompanhar o entendimento consolidado nas instâncias superiores, pois tais recursos protelatórios, litigâncias e multas cominatórias prejudicavam o cidadão e toda a sociedade que dependia da máquina do Poder Judiciário. Encerrou informando que os encaminhamentos formulados pelo OAB seriam entregues à Anatel e disse que os encaminhamentos daquela audiência pública serviriam de subsídio a uma futura ação civil pública a ser movida pela seccional catarinense. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** passou a presidência dos trabalhos ao **senhor Deputado Estadual Dóia Guglielmi**, que por sua vez concedeu a palavra ao **senhor Paulo Antonio Locatelli, Promotor de Justiça do Ministério Público de**

Santa Catarina, representando o senhor Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça. Inicialmente, o orador afirmou que há muito tempo não participava de uma audiência pública na condição de Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor de uma cidade - Florianópolis, no caso - e disse que possuía atribuições em todo o Estado. Na sequência, teceu breve comentário sobre a força das audiências públicas e citou 1996, ano em que participou de audiência na qual estava presente a Aneel, quando ocupava o cargo de Promotor de Justiça no Município de Xanxerê, na Defesa do Consumidor, dizendo que naquela época a sociedade e os políticos reclamavam da má qualidade do fornecimento de energia elétrica, fornecidos por uma cooperativa da região. Ato contínuo, afirmou que naquela oportunidade a cooperação entre a agência reguladora e o Ministério Público, reunidos naquela audiência pública, tinha resolvido o problema, havendo o encaminhamento dos fatos a Brasília e a posterior ação do Presidente da República. Posto isso, falou que esperava que o mesmo ocorresse naquela audiência, dizendo que como Promotor de Justiça já tinha conhecimento de outros inquéritos civis instaurados a respeito do tema da telefonia, e citando como exemplo a dificuldade de cancelamento de planos, o pós-venda, a falta de cobertura de sinais, as ofertas enganosas e a demora no conserto, além da falta de transparência na apresentação das faturas aos consumidores. Também disse que, para a sua surpresa, a OAB planejava uma ação civil pública, comentando que o Ministério Público de Santa Catarina já estava em contato com os Ministérios Públicos de diversos Estados brasileiros, como o de Alagoas, que haviam ajuizado ações suspendendo a comercialização de linhas de telefonia celular. Na sequência, afirmou que o Código de Defesa do Consumidor falava que aquele tipo de serviço devia ser adequado, eficiente, seguro e contínuo, dizendo que a descontinuidade dos serviços de telefonia poderia gerar o surgimento de ações judiciais por parte dos consumidores. Ainda disse que era necessário haver um diagnóstico claro da realidade, pois havia diversas apresentações de demandas aos Procons estaduais e municipais em relação aos serviços prestados pelas empresas de telefonia móvel, mas que existiam muitos usuários que ainda não haviam buscado os órgãos públicos - caso dos municípios pequenos onde não existiam Procon nem órgãos de defesa do consumidor. Continuando, frisou a importância de reuniões como aquela audiência pública, pois estas coletavam elementos e incentivavam a população a exigirem seus direitos. Dito isso, afirmou que se, ao invés de casos isolados e pontuais, o problema fosse tratado com mais difusidade as empresas de telefonia ficariam sem seus argumentos e suas justificativas, demonstrando a existência do problema e a importância de uma solução ao mesmo. Como representante do Ministério Público, ratificou os pleitos apresentados pela OAB e disse que já haviam sido requisitadas informações que relatassem o que já fora investido, o que fora exigido e quais sanções já tinham sido aplicadas pelo órgão regulador em relação às companhias telefônicas, no sentido de poder municiar o inquérito civil e a futura ação civil pública com aqueles elementos que seriam coletados. [*Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos.*] Prosseguindo, fez menção à demanda recursal, anteriormente comentada, adicionando que era excessiva nas companhias de telefonia; declarou que havia trabalhado no Juizado Especial Cível da Capital e que havia se assustado com o grande número de demandas individuais, principalmente as de telefonia, que eram as campeãs na tentativa de resolução; e disse que no primeiro grau em todas as Comarcas do Estado deveria haver milhares delas. Por fim, registrou a estimativa do Ministério Público quanto à parceria com a Anatel, colocou o Ministério à disposição de todos para o que fosse necessário e se despediu. A seguir, a palavra foi concedida ao **senhor Sérgio Popper, do Sindicato dos Representantes Comerciais de Santa Catarina**, que cumprimentou todos, falou que 42 mil representantes comerciais eram os responsáveis pelo sucesso econômico em todos os recantos do Estado e criticou a telefonia celular porque não estava deixando os negócios avançarem. Na sequência, ressaltou que todas as reclamações haviam sido elencadas e citou um caso ocorrido em Blumenau, no qual o advogado do Sindicato estava com quatro mil ações judiciais contra as agências de telefonia. Posto isso, deixou registrado o seu protesto contra aquela situação e disse que não existia possibilidade do matrimônio entre a Anatel e as empresas de telecomunicação continuar. Finalizando, pediu uma audiência pública como aquela em Blumenau para que o tema fosse descentralizado e para que fosse feito um raio-x de toda a situação. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Dóia Guglielmi**, declarou que a sugestão havia sido acatada e concedeu a palavra ao **Vereador Gian Francesco Voltolini, Presidente da Câmara Municipal de Nova Trento**, que relatou ser Nova Trento a capital catarinense do turismo religioso, recebendo setenta mil visitantes por mês, e que, quando havia uma ameaça de chuva, o sinal da telefonia caía. Dito isso, reclamou, pediu e apelou às companhias telefônicas que olhassem com mais carinho para Santa Catarina. Por fim, comentou sobre o distrito de Claraíba, contando que a cidade tinha mais de três mil habitantes, mais de vinte empresas, mas que não tinha sinal de telefonia, e por isso reforçou o pedido de que a companhia olhasse com mais carinho para aquela região. Continuando, fez uso da palavra, o **Vereador Leonardo Garcia Heinzen, do Município de São José do Cerrito**, que desejou bom-dia a todos e congratulou-se com o Presidente da Câmara de Nova Trento dizendo que a dificuldade de São José do Cerrito era de sinal. A seguir, declarou que não sabia qual era o critério que as empresas

de telefonia usavam na cobertura de sinal e pediu a ampliação do sinal da telefonia celular. Posto isso, disse que a região serrana havia sido contemplada com o asfalto na BR-282, mas que a cidade esperava por mais investimentos, afirmando que em Salto dos Marianos moravam duas mil pessoas sem sinal de cobertura de telefone. Em seguida, entregou uma moção de reivindicação de melhoria da qualidade de serviço de telefonia móvel ao representante da Anatel de Santa Catarina, o senhor Jonir Santos, e finalizou parabenizando a Assembleia Legislativa pela realização daquela audiência pública. Fazendo uso da palavra, o **senhor Zany Estael Leite, funcionário da Alesc**, disse que estava aguardando aquela audiência ansiosamente e perguntou se as operadoras tinham vergonha do mau serviço que prestavam à sociedade, protestando que o serviço tinha péssima qualidade, não tinha sinal, nem atendimento. Acrescentou que o Procon municipal estava fazendo de tudo para atender todos, mas que demorava seis meses para dar uma resposta. Finalizando, cumprimentou os Deputados pela iniciativa da audiência, pediu que audiências como aquela fossem feitas em todo o Estado e propôs que o serviço de telefonia voltasse para o governo, defendendo que quando estava nas mãos do governo o serviço era de boa qualidade. Por sua vez, o **Vereador Pedro Luiz Ostetto, do Município de Bom Jardim da Serra**, disse que o Município estava atravessando uma dificuldade muito grande porque o sinal da Vivo não pegava naquela localidade e comentou um acidente que havia ocorrido lá e que, por falta de sinal, não fora possível avisar a quem de direito para socorrer as vítimas ou mesmo os parentes e amigos. Encerrando, perguntou ao senhor Sandro Guerra se existia algum planejamento de investimentos naquela região para aumentar o sinal da Vivo. Na sequência, o **senhor Alisson Micoski, gerente do Procon de Florianópolis**, disse que era natural de Porto União e que a questão da telefonia móvel em Santa Catarina estava fora de controle e externou sua felicidade ao saber que o Ministério Público e a OAB estavam pensando em uma ação civil pública, porque os Procons estavam entulhados de reclamações e, se em toda Santa Catarina tivesse Procon, as reclamações seriam contra a telefonia. Dito isso, lamentou a representação da Agência Nacional, fundamentando que os catarinenses, principalmente os do interior, não entendiam o porquê de um serviço tão oneroso ser de péssima qualidade. Em seguida, perguntou por que a Agência Nacional era conivente com aqueles senhores que trimestralmente lucravam bilhões e trilhões de reais. Ato contínuo, informou que no Procon eram um pouco de tudo, técnico em telecomunicações, psicólogo, e que as demandas que o Parlamento recebia eram amenizadas no Procon. A título de contribuição à Comissão, pediu que fizessem uma comissão especial para que a questão fosse aprofundada, destacando que não tinha visto ninguém da área técnica que poderia ajudar a esclarecer o porquê da recepção do sinal ser insuficiente. A seguir, declarou que desde a criação da telefonia a legislação dizia que poderia haver compartilhamento de torres e opinou que a TIM poderia alugar as torres da Oi e auxiliar no serviço, frisando que aquela alternativa era possível e que deveriam ir atrás das informações. Quanto ao posto de atendimento no Município do interior, destacou que o serviço era oneroso e perguntou o que a Anatel estava fazendo para oferecer o sinal da telefonia no interior. Posto isso, declarou que ficara absorto e irritado ao ver o diretor-presidente da Anatel no vídeo. Quanto à Internet, disse que queria saber a quantos gigabytes tinha direito e se a Anatel estava aprofundando aquela questão. Dito isso, corroborou com o representante da OAB e perguntou qual era o volume de multas para as concessionárias. Encerrando, também perguntou se o excesso de demandas à telefonia não redundaria em litigância de má-fé e disse que gostaria de saber do currículo profissional e político do gerente regional da Anatel. Fazendo uso da palavra, o **Vereador André Fretta May, do Município de Tubarão**, disse que o Deputado Joares, há três semanas, havia pedido uma modificação na legislação municipal de Tubarão para que as empresas telefônicas pudessem ampliar a qualidade dos serviços e que em uma semana a lei estava sancionada a fim de que a comunidade de Tubarão pudesse ser melhor atendida. Também disse que o grande problema que via na telefonia era que após a compra do produto o vínculo com a empresa não acabava, era permanente e dependente da qualidade dos serviços. Na sequência, expôs que era contrário à postura de ficar demonizando, reclamando, entrando com ações na Justiça, e disse que o empresário, quando era uma pessoa educada, não precisava de que os clientes o cobrassem pelas suas atitudes. Posto isso, ressaltou que aquela era uma condição fundamental na relação comercial e que quando se vai atrás do direito lesado é porque o prejuízo já fora causado. [Taquígrafa-Revisora: Sabrina R. Schmitz.] Continuando, disse que a discussão que tinham com as empresas telefônicas era no sentido de saber o porquê de elas terem aquela atitude e que o Estado estabelecia tantos recuos e critérios em relação à cobrança e à sonegação de imposto, indagando por que se deixava aquilo acontecer e por que não se tinha um maior rigor e um recuo maior em relação à questão. Finalizou sugerindo a realização de uma audiência pública no Município de Tubarão, e afirmou que quando foi desligar uma linha telefônica a senhora que o atendeu tinha sido desrespeitosa, dizendo que se houvesse um posto de atendimento em Tubarão ele teria ido lá dar uma sova nela. Ato contínuo, o **Deputado Estadual Joares Ponticelli** relatou o fato de que desde setembro estava-se abordando a questão quase diariamente e que a Oi, representada pelo senhor Gonçalo, foi a única empresa que tinha procurado e respeitado a Assembleia Legislativa e os seus Parlamentares. Em relação à

tecnologia 3G no Município de Tubarão, disse que o senhor Gonçalo havia lhe informado que a empresa estava tendo dificuldades porque em Tubarão existia uma lei de mais de dez anos que era restritiva, pois limitava a colocação de antenas em um raio de trezentos metros. Também relatou ter o Município de Criciúma reduzido àquela metragem porque conseguiu mudar a lei para concretizar a nova realidade e para permitir novos investimentos. Ao final, leu uma informação da Vereadora Ana Lucia Piski, do Município de Campo Alegre, que o senhor Presidente da audiência, tinha acabado de lhe passar, de que naquele Município tinha um telefone público que atendia quatro comunidades e que estava desativado há seis anos e não sabia mais a quem recorrer para reativar o telefone, disse que durante a Semana Santa, com muitas orações, conseguiriam fazer um milagre para que o telefone fosse reativado. Fazendo uso da palavra, o **senhor Tony Homes, diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil)**, desejou um bom-dia a todos e a todas e, utilizando-se de apresentação em PowerPoint, disse que o Sindicato representava 83 empresas, das quais 17 eram associadas. Ato contínuo, informando que prestavam serviços de telefonia fixa e móvel, destacou que a telefonia móvel passou de 7 milhões para mais de 242 milhões; que também houve crescimento na banda larga; e que eram 3 novas ativações a cada 4 segundos. Na sequência, observou que somando todos os serviços de telecomunicações tinha-se 314 milhões de quilômetros e que mais de 2.600 Municípios tinham cobertura de banda larga móvel no País. Em seguida, expondo que a infraestrutura para realizar aqueles serviços demandava muitos investimentos, comentou haver mais de 200 mil quilômetros de cabo de fibra óptica que suportam aqueles serviços no País. Ainda disse que desde a privatização as empresas investiram R\$ 248 bilhões, gerando 470 mil empregos diretos, e complementou que nos últimos anos a maioria das vagas estava se direcionando para os *call centers*. Posto isso, informou que se recolheu mais de 44 bilhões de impostos por ano e que os fundos setoriais, o Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (Fust), e as taxas de fiscalização, como a Fistel, recolheram mais de R\$ 50 bilhões. Prosseguindo, afirmou que a maioria das transações bancária era realizada via Internet e informou que o Brasil era o quinto maior em número de usuários e um dos mais competitivos no setor, onde os principais *players* tinham uma visão edificativa do mercado. Dito isso, falou que um dos principais pontos dos *slides* esclarecia vários questionamentos referentes ao atendimento, como o serviço regulado pela Agência Nacional (Anatel), onde as empresas assinavam o termo de autorização pela concessão do serviço prestado no regime privado, acrescentando o fato de que um dos compromissos acordados estava relacionado à abrangência da cobertura, e esclareceu que para um Município ser atendido pelo serviço móvel e pessoal a sua área urbana tinha que estar coberta com 80% da sede do Município. Também informou que a telefonia móvel em Santa Catarina teve crescimento anual de 15% e que o principal insumo de atendimento do serviço móvel pessoal era a Estação Rádio Base (ERBs), que provia o sinal numa determinada área, complementando que a evolução do serviço e o aumento da demanda exigiam maior quantidade de antenas, Estações Rádio Base, e que atualmente tinha-se 53.458 Rádios Base. Continuando, afirmou que, mesmo aqueles Municípios que não tinham leis específicas com relação às instalações das Rádios Bases, alguns dependiam do processo de licenciamento das Estações da Prefeitura e do Estado e, que, dependendo da Prefeitura ou do Município, o processo poderia demorar muito. Ante o exposto, disse que mesmo após os entraves da lei restritiva, a serem liberados, e do processo moroso de licenciamento das Estações era realizado um comunicado às empresas, que tinham um processo interno e que dependiam de orçamento, de investimento e de planejamento na adequação das redes para melhorar a prestação do serviço. Quanto às reclamações, expôs o fato de que o último relatório, de 2009/2010, do Departamento de Defesa do Consumidor havia mostrado que o aparelho celular tinha obtido o maior número de reclamações e explicou que aparelho celular não era prestação de serviço de telecomunicações, acrescentando ser preciso separar o item prestação de serviços em relação à questão do aparelho celular. Ainda informou que a carga tributária encarecia os serviços de telecomunicações em torno de 42% e que as questões do espectro eram fator limitador, que restringia com relação ao atendimento, complementando que por aquele motivo solicitou-se novas faixas de frequência. Relatando que existiam questões sobre a legislação dos direitos repassáveis e adequação da legislação sobre a implantação das Estações Rádio Base, comunicou se estar implantando melhorias nos processos internos das empresas e que estavam iniciando a condução daquilo. Em seguida, registrou que se estava aprimorando a qualidade dos serviços, a melhoria dos processos e a articulação com o Poder Público e com todas as suas esferas. Respondendo ao senhor Gian sobre a questão relacionada ao atendimento em Caraiíba, disse que as quatro empresas que estavam na audiência iriam verificar a possibilidade de atender, mas que não era uma obrigação regulamentar buscar uma oportunidade de negócio. Com relação à reclamação do senhor Leonardo Garcia sobre a dificuldade de sinal no interior de São José do Cerrito, ressaltou que já tinha explicado a questão do atendimento e afirmou que a obrigação da cobertura era no distrito-sede do Município e que os demais atendimentos eram de viabilidades técnicas e comerciais, bancadas pelas próprias empresas. Ainda informou que a demora em uma resposta de

demanda precisaria ser denunciada, deveria ser vista e que deveriam reclamar ao Procon e à Anatel, porque pelo regulamento a resposta deveria sair até cinco dias úteis. Em relação à demanda do senhor Alisson Micoski, do Procon municipal, que tinha mostrado alguns itens que explicava porque os serviços eram caros no País, destacou que era devido à compartilhamento das antenas, porque nem sempre o compartilhamento da estrutura de outra empresa era adequada, mas que os acordos de compartilhamento eram realizados quando possíveis. Encerrando, reafirmou a necessidade da parceria do Poder Público e do Procon para otimizar os processos internos e oferecer um serviço de maior qualidade. [Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V. Bitencout.] Dando prosseguimento à audiência, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Elizeu Mattos**, reassumiu a presidência dos trabalhos e, dirigindo-se ao senhor Tony Hornes, disse que a carga tributária no Brasil não era privilégio somente das operadoras e que era para todo mundo. Também disse que entendeu que se usava o subterfúgio da lei municipal e questionou como era possível o Prefeito adivinhar que a lei municipal prejudicava a instalação, se ninguém fazia contato com o Município ou com a Câmara de Vereadores para alertar sobre a lei. Continuando, afirmou que a pior resposta era a não resposta e que não se tinha com quem falar para obter as respostas. Em seguida, registrou a importância de se ter um escritório das operadoras em pelo menos cada região do País, para, em caso de problemas não resolvidos por telefone, ter-se um atendimento direto com alguém, olhando olho no olho, para tentar resolver os problemas da telefonia. A seguir, teceu alguns comentários sobre a dificuldade que grande parte das pessoas, dos 240 milhões de telefones habilitados, passava para desativar um aparelho, sem conseguir isso, e contou que há quinze dias estava tentando a instalação da Internet na residência dele, mas que ninguém aparecia para resolver o problema, apesar dos insistentes chamados pedindo a solução daquele problema. Ato contínuo, afirmou que os 240 milhões de telefones instalados deveriam receber atendimento de qualidade, mesmo que a capacidade fosse menor que 100 milhões. Finalizando, disse que aquela audiência pública era para obter respostas concretas sobre o pacote oferecido ao cidadão. Dando seguimento à audiência pública, passou a palavra ao **senhor Jonir Santos, gerente operacional substituto da Anatel, representando o senhor Estevão Hobold, da Anatel**, que, após os cumprimentos de praxe, agradeceu o convite e a oportunidade de a Anatel se manifestar. A seguir, disse que se manifestaria, em nome da Anatel, a respeito dos problemas em relação à prestação dos serviços de telecomunicação que aconteciam não só em Santa Catarina, mas em todo o Brasil. Sobre o questionamento feito no início quanto à unidade em Santa Catarina, explicou que era uma unidade operacional com recurso bastante reduzido, que a estrutura dela era desde a criação da Agência, em 1997, e que estava passando por reestruturação, porque a sua atividade era enorme, observando que esperava que a partir daquela audiência pública tivesse alguma oportunidade de alteração. Dito isso, afirmou que a Anatel, administrativamente, se reportava a um escritório regional no Paraná, em Curitiba, e que tecnicamente, para assunto de atendimento do usuário, o contato era direto com Brasília. Em seguida, registrou ser a Anatel uma agência nova e que estava fazendo o possível e o impossível, com os poucos recursos disponíveis que lhe eram alocados, para fazer a regulamentação e a fiscalização dos serviços de telecomunicação e radiodifusão no País. Ato contínuo, ressaltou que a atividade era enorme, com poucos recursos e que, embora apresentassem vários slides com informações de valores e de taxas arrecadadas, o que chegava para Anatel executar o trabalho dela era insuficiente para alcançar melhor qualidade no atendimento oferecido. Continuando, ressaltou que tanto os serviços fixos quanto os celulares e a banda larga estavam sendo constantemente atualizados e que a própria Anatel discutia com a sociedade as suas reivindicações, através de consulta pública, e que desde 1998 vinha-se norteando a qualidade e o atendimento do serviço de telecomunicação no Brasil. Na sequência, comparou a regulamentação bem estruturada da telefonia fixa com a dos celulares lançados há pouco tempo, que tiveram alguma coisa de regulamentação por volta do ano 2000, e que a partir de 2004 as empresas passaram a cumprir metas e apresentar indicadores de qualidade. Também disse que a Anatel não estava do lado a, b ou c, e, sim, ao lado do Estado e da sociedade regulamentando e cobrando o cumprimento das obrigações por parte das empresas desde o início da existência dela. Ainda ressaltou que a Anatel abriu centenas de processos, e que no caso dos celulares eram até milhares, contra as empresas por descumprimentos do regulamento e das metas. Prosseguindo, informou que aquilo que competia à Anatel, dentro do regulamento, ela estava fazendo, quer fosse quanto à produção, às fiscalizações, às autuações e à cobrança de sanções que eram constatadas no dia a dia da fiscalização, observando que as empresas de telefonia celular foram autuadas em aproximadamente R\$ 150 milhões (de acordo com a gravidade da infração os valores eram grandes no mercado onde elas atuavam). Também informou que, embora em Santa Catarina o grupo de fiscais fosse pequeno, eles estavam atentos às empresas para que elas cumprissem com as suas obrigações e que as reclamações feitas nas unidades eram encaminhadas para a Anatel e esta cobrava das empresas, através de um restabelecimento com as empresas, a efetiva correção de algum problema. A seguir, afirmou que a grande maioria dos problemas no atendimento era referente à cobrança e que mesmo com a fiscalização estava difícil de corrigir, por alguma razão, mas que

constantemente eram fiscalizados pelos setores de atendimento da Anatel, salientando a importância da ajuda dos órgãos de Defesa do Consumidor, tanto em nível estadual quanto municipal, com a prestação de excelentes serviços na grande maioria dos problemas não equacionados com as empresas, justamente porque a Anatel não tinha condições de estar em todos os Municípios do Estado. Posto isso, disse que os regulamentos de qualidade de serviço prestado pela Anatel não eram fixos, que sofriam constantes revisões, e que a consulta pública era aberta para a participação de todos que queriam fazer alguma reivindicação. Ato contínuo, declarou que, quanto ao serviço móvel de celular, a Agência havia feito um trabalho muito forte verificando o que precisava alterar no regulamento e que se começou a cobrar a partir de 2004. Em seguida, acrescentou que no começo o celular era um "tijolo" e que a comunicação era somente voz, mas que com o avanço da tecnologia deixou de ser somente voz e passou a ter dados e imagens, deixando de ser apenas um celular e virando um aparelho multimídia, e disse que devido a essas modificações a Agência elaborou um regulamento novo, em outubro do ano passado, com novos indicadores a serem cobrados das empresas para melhor qualidade da rede e da velocidade da transmissão de sinais e imagens dos aparelhos celulares. Isso posto, afirmou que a regulamentação também evoluiu, que a partir de abril daquele ano as empresas passaram a cumprir novos indicadores e que a Anatel iria continuar fiscalizando se as empresas estavam se adequando à nova regulamentação. Continuando, ressaltou que não se tinha condições de fiscalizar caso a caso todos os problemas, mas que a Anatel fazia um planejamento sistêmico de ataque àqueles problemas, que quando ocorria determinado foco de problema na telefonia celular, na fixa, na multimídia ou na TV por assinatura tratava-se o assunto de forma global e que a empresa era atuada de acordo com as reclamações dos usuários à Anatel, observando que através do item regulamentar perseguia-se o cumprimento de determinada obrigação pela empresa. Assim sendo, quando a Anatel era acionada, quer pelo centro de atendimento, por telefone, pela Internet, ao vivo (o atendimento pessoalmente só poderia ser feito em Florianópolis), ela prontamente agia para resolver o problema. Prosseguindo, afirmou que atualmente houve um arrocho maior com os indicadores das obrigações das empresas, dando um prazo para elas fazerem as suas adequações. Encerrando, disse que naquela audiência houve muitas reivindicações, muitas perguntas e que não conseguiria responder a todas, embora todas tivessem fundamento, e que para as perguntas não respondidas a Anatel poderia encaminhar as respostas por escrito aos Deputados. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Elizeu Mattos**, corroborou dizendo que todas as indagações seriam feitas por escrito e que gostaria que fossem respondidas da mesma forma, recebendo resposta positiva do **senhor Jonir Santos**. Na sequência, fez o uso da palavra o **senhor Deputado Joares Ponticelli**, que registrou a frustração dele com a ausência de informação devido à limitação da unidade operacional de Santa Catarina, que tinha que se reportar ao Paraná, e disse que o melhor encaminhamento era buscar as respostas com quem efetivamente pudesse responder e fazer acontecer, tendo em vista que não se estava recebendo as respostas esperadas. Ato contínuo, solicitou a disponibilização de um relatório das atividades das unidades operacionais da Anatel em 2011, no decorrer daquela semana, para que a Comissão pudesse iniciar a confrontação das queixas recebidas no dia a dia. Em seguida, afirmou que aparentemente para a Anatel estava tudo bem, mas que aquela não era a realidade que os Parlamentares estavam ouvindo. Posto isso, ressaltou que era importante a Comissão e a Alesc receberem um relatório completo com as informações quanto às autuações que foram feitas, dizendo que assim poderia rever a opinião dele de que a Anatel não fazia nada, e que talvez faltasse divulgação das ações desenvolvidas. A seguir, parafraseou a máxima da galinha e da pata, comparando que talvez eles estivessem trabalhando como a pata que punha o ovo, não fazia propaganda do produto e ninguém o consumia, e a galinha que fazia propaganda do produto dela e era bem aceito no mercado. Assim sendo, disse que aquele era o sentimento dele e de muitas pessoas que estavam ali, porque não havia prestação de contas daquilo que era feito. Também disse que gostaria de saber quantos fiscais a Anatel tinha no Estado, momento em que recebeu como resposta do **senhor Jonir Santos** que eram doze fiscais para tudo que tinha que ser fiscalizado em serviços de telecomunicações e radiodifusão. Por sua vez, o **senhor Deputado Joares Ponticelli** replicou dizendo que a Casa não havia sido procurada para que a Anatel apontasse as limitações e as dificuldades que tinha para operar. Isso posto, houve uma troca de diálogo entre o **Deputado Joares Ponticelli** e o **senhor Jonir Santos**, tendo este último respondido que não sabia o porquê da falta de comunicação entre a Alesc e a Anatel; e comunicou que a Agência tinha um site onde tudo era publicado, inclusive as divulgações anuais da Agência; e explicado que havia deficiência de orçamento para pagar algum tipo de mídia para fazer a divulgação do trabalho da Agência. Complementou que o site era uma maneira econômica de divulgar os relatórios da superintendência, inclusive da radiofrequência e da fiscalização, e que nada obstava que apresentasse outras informações solicitadas. Prosseguindo, quanto à questão colocada de que ele era um mero gerente operacional da Agência, justificou que coincidentemente naquela data havia uma audiência marcada em Manaus, no Amazonas, desde o ano passado, e que para lá ocorreu o presidente da Agência, alguns conselheiros, superintendentes, e que ele, quando soube daquela audiência, tomou as

devidas providências para representá-los na presente audiência pública, já que eles teriam dificuldade de deslocamento. A seguir, o **Deputado Estadual Joares Ponticelli** observou que aquele fato demonstrava a falta de prestígio do Estado em relação à Agência, já que o Estado era uma unidade operacional e que, embora respeitasse o Estado do Amazonas, não entendia o porquê de toda a alta cúpula da Agência ir para Manaus e para Santa Catarina não ter ido ninguém com poder de decisão. Ato contínuo, disse que era um desabafo porque o Estado não tinha o reconhecimento da Agência. Isso posto, encaminhou como proposta que a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e a Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul continuassem trabalhando conjuntamente aquele assunto e que fosse constituída uma comissão especial, composta de Deputados das duas Comissões e de outros Parlamentares interessados no assunto, para trabalhar a questão e encaminhá-la por escrito a quem tem poder de mando na Agência, os questionamentos que ainda não tiveram as devidas respostas, e também com base no relatório que Anatel apresentar. Continuando, propôs que a Comissão descentralizasse o debate realizando audiências públicas em Blumenau, abrangendo a região do Vale, em Tubarão ou em Criciúma, que era a cidade-centro das três microrregiões do Sul, e em outras regiões que tivessem interesse no assunto, observando que não havia necessidade de muitas audiências porque não adiantava falar muito e fazer pouco ou dar poucas respostas e que as audiências permitiriam a participação de quem sentisse o problema na ponta. Posto isso, disse que, após a realização das audiências, seria feito um documento, a exemplo de outros Estados, como uma radiografia apontando os problemas e exigindo uma solução no menor prazo possível. Em seguida, ressaltou que era necessário que todo aquele trabalho contasse com a participação e a orientação efetiva da OAB e do Ministério Público, uma vez que essas entidades articulavam apresentar uma ação civil pública em defesa do consumidor. Encerrando, disse que aquela era a sugestão dele, salvo melhor encaminhamento. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Elizeu Mattos**, consultou os demais Parlamentares presentes se concordavam com o encaminhamento do Deputado Joares Ponticelli, momento em que o **Deputado Silvio Dreveck** usou a palavra para concordar com o encaminhamento e pediu que fosse acrescentada ao documento que seria elaborado a indagação dele sobre qual o critério adotado pela Anatel para investimento ou expansão no Estado de Santa Catarina, explicando que dizia aquilo porque Santa Catarina era um Estado diferenciado e que os seus Municípios, apesar de pequenos na grande maioria, davam resposta ao Estado e ao Brasil, e tanto era verdade que o Estado estava nas dez primeiras posições no *ranking* da economia brasileira. Ato contínuo, disse que era necessário saber se era a Agência que regulava as operadoras e qual era o poder que ela tinha determinado pelo governo federal, que fez a concessão e assinou os contratos. Observando que se tinha que saber o que estava estabelecido naqueles contratos e quais os critérios utilizados para saber se as operadoras estavam cumprindo ou não os contratos, reiterou o encaminhamento feito quanto aos critérios para Santa Catarina no que tange a investimentos, expansão e o que estabeleciam os contratos com as operadoras no Estado de Santa Catarina, lembrando que segundo a manifestação do Sindicato um dos critérios era que tinha que ter uma cobertura de 80% da sede do Município. Retomando a palavra, o **senhor Presidente**, dirigiu-se ao Deputado Estadual Silvio Dreveck e ao Deputado Estadual Dóia Guglielmi perguntando se eles concordavam com a criação da comissão especial e com a descentralização das audiências públicas, recebendo como resposta deles que concordavam com isso, para assim darem uma resposta à sociedade. A seguir, reiterou os encaminhamentos, quais sejam, a criação de uma comissão especial, conjunta com a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e a Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul; a realização de audiências públicas descentralizadas; e que a Anatel encaminhe um relatório de atividades e de atuações. Ato contínuo, afirmou que, se a Anatel tinha 12 fiscais no Estado, os 40 Deputados Estaduais se somariam a eles, totalizando 52 fiscais no Estado. Na sequência, dirigindo-se ao senhor Jonir, registrou que a ideia da Assembleia Legislativa era de ajudar a Anatel, inclusive com o apoio do Ministério Público, da OAB, dos Parlamentares, do Procon, para que se tivesse um serviço melhor no Estado de Santa Catarina. Dito isso, disse que as operadoras faziam um negócio com o cliente e que o dever da Anatel e deles, enquanto representantes do povo, era de fiscalizar e verificar se os serviços contratados com as operadoras respondiam às expectativas dos clientes. Prosseguindo, solicitou ao senhor Jonir Santos que informasse o endereço eletrônico da Anatel, o número do telefone, porque teriam 6.3 milhões fiscais na questão da telefonia em Santa Catarina. A seguir, o **senhor Deputado Estadual Dóia Guglielmi** usou a palavra para encaminhar uma proposta dele e do Deputado Estadual Silvio Dreveck, qual seja, que nas maiores cidades tivesse um local físico onde as pessoas pudessem se dirigir para registrar as suas reclamações. Assim sendo, o **Deputado Estadual Silvio Dreveck** corroborou com o encaminhamento explicando que tinham a compreensão de que em todos os Municípios não seria possível, mas acreditavam que em determinadas regiões era possível. Concluindo, disse que concordava plenamente com os encaminhamentos. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Elizeu Mattos**, ressaltou que as

deliberações não eram de um único Parlamentar, e sim da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a qual os Deputados representavam. Ato contínuo, afirmou que qualquer sonegação de informação era à Assembleia Legislativa de Santa Catarina que se negava a informação. Na sequência, o **senhor Jonir Santos** pediu que as questões encaminhadas à Anatel fossem dirigidas ao Presidente da Agência, o senhor João Rezende, em Brasília, que tomaria as providências para responder as questões que foram apresentadas. A seguir, divulgou o *site* da Anatel, qual seja, www.anatel.gov.br, e disse que o endereço dela em Santa Catarina era na Rua Saldanha Maranhão, 205, onde havia inclusive uma pequena Sala do Cidadão para os atendimentos. Quanto à unidade deles em Santa Catarina, voltou a afirmar que eram agentes de fiscalização e era uma área de outorga de alguns serviços privados no Estado, e que a grande maioria dos assuntos de regulamentação, de sanção etc., estava fora de Santa Catarina, estava em Brasília, explicando que a Anatel era um órgão federal e que a sede dela estava em Brasília. Prosseguindo, enfatizou que quanto à questão de investimento cabia informar que a Anatel não regulava os investimentos das empresas, que ela regulava o atendimento; que obrigava as prestadoras de serviço a cumprirem determinadas metas, exemplificando a telefonia fixa, que o telefone tinha que ser instalado em sete dias. Na sequência, afirmou que a empresa tinha que investir, nos lugares definidos pelo Plano de Metas, o suficiente para fazer um bom atendimento. Dito isso, ressaltou que, tanto no aspecto da telefonia fixa quanto no celular, a Anatel não obrigava as empresas a investirem, ela obrigava a atender, e explicou que atender era habilitar linhas e prestar um serviço com qualidade, que aquela era a obrigação que a Anatel perseguia e que não era de valor, de investimento. A seguir, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Elizeu Mattos**, frisou ao senhor Jonir Santos que ele representava a Anatel naquela audiência e que os encaminhamentos daquela audiência seriam enviados a ele e não ao Presidente da Anatel. Assim sendo, o senhor Jonir Santos iria ficar responsável por responder aos questionamentos, tendo em vista que o Presidente da Anatel não esteve presente naquela audiência. Ainda informou que já havia pedido de audiência pública para a região de Lages, de Blumenau e para Tubarão ou Criciúma, acrescentando que seria bom que elas fossem realizadas em parceria com a Câmara de Vereadores, o que facilitaria bastante para os Parlamentares organizarem as audiências. Ato contínuo, concedeu a palavra o **Deputado Estadual Joares Ponticelli**, que concordou com o encaminhamento opinando que no sul do Estado envolveria 43 Câmaras de Vereadores, e solicitou o encaminhamento com antecedência do calendário das audiências para a Anatel, a fim de que ela mandasse alguém com poder de decisão prestigiar as audiências, e que o convite fosse enviado por AR (Aviso de Recebimento), para não ter a desculpa de que se perdeu. Em relação à questão de investimento, ressaltou que a pergunta que havia feito era óbvia, que achava que fazia parte da concepção da Anatel e que, se a principal atribuição dela era fiscalizar o cumprimento dos contratos, era evidente que passava pelos investimentos que as empresas faziam, observando que não deveria estar acontecendo porque a qualidade estava despencando dia a dia. Também ressaltou que era óbvio que ou alguém estava falhando, ou a Anatel estava falhando na fiscalização do cumprimento dos contratos, ou as empresas estavam enganando, fazendo de conta que investiam e não investiam, e quem estava pagando a conta literalmente era o cidadão que pagava caro por um serviço de péssima qualidade. Encerrando, disse que entendia a resposta em relação aos investimentos e que ele só queria aquilo formalmente, por escrito, porque a queda da qualidade era demonstração clara de que os investimentos não estavam acontecendo como deveriam. Retomando a palavra, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Elizeu Mattos**, disse que a maior parte das questões o senhor Jonir Santos iria responder por escrito, que eles iriam fazer as indagações com perguntas simples e que esperavam que as respostas fossem por inteiro. A seguir, consultou se os representantes das operadoras queriam fazer uso da palavra, sendo que ninguém demonstrou interesse em falar. Prosseguindo, registrou a presença do senhor Francisco Cardoso Camargo Filho, diretor-presidente da Agência Reguladora de Serviço Público de Santa Catarina, que estava acompanhando a audiência pública. Encerrando, salientou a proposta e a vontade do Deputado Estadual Silvio Dreveck e do Deputado Joares Ponticelli, que eram os proponentes daquela reunião, de resolver o problema da telefonia em Santa Catarina, e agradeceu à Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul, na pessoa do Deputado Estadual Dóia, e também às assessorias das duas Comissões que acompanharam a audiência. Nada mais havendo a tratar, encerrou a presente audiência pública. [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé.]

Deputado Estadual Elizeu Mattos

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Deputado Estadual Dóia Guglielmi

Presidente da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE**ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA**

Às onze horas do dia três de abril do ano de dois mil e doze, sob a presidência do Deputado Elizeu Mattos, amparado do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Quarta Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 1ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Elizeu Mattos, Sílvio Dreveck, Manoel Mota e Angela Albino. Em seguida, leu o Ofício nº 041/12, do Deputado Altair Guidi, comunicando a sua ausência por estar em atividade parlamentar externa, no Sul do Estado, e a justificativa de ausência do Deputado Ciro Roza, por estar em missão oficial na África, e Ofícios nºs 09/12, da Associação Catarinense de Professores - ACP - encaminhando reivindicações ao Governador do Estado, com relação ao Plano SC-Saúde; de nº 113/2012, da Câmara Municipal de Xanxerê, com Moção nº 7/2012, apelando para que seja ampliado o quadro técnico funcional da Epagri, visando disponibilizar serviços técnicos suficientes aos agricultores familiares de Santa Catarina; 108/12, da Câmara Municipal de São Bento do Sul, com Moção nº 162/12, para que seja criada uma comissão de negociações da SC-Saúde - junto aos profissionais da Saúde, laboratórios e empresas de imagem e RX, o mais urgente possível -, para retornar às condições do atendimento de antes de 1º de fevereiro de 2012. Em seguida colocou em discussão e votação os PLs nºs 0010.3/12, Relator Deputado Manoel Mota; 0018.0/12, Relatora Deputada Angela Albino; 0036.2/12, Relator Deputado Manoel Mota; 0071.5/12, Relatora Deputada Angela Albino; 0437.4/11, Relatora Deputada Angela Albino - todos com pareceres favoráveis, aprovados por unanimidade; e os Ofícios nºs 0010.0/12, Relator Deputado Sílvio Dreveck; 0553.3/11, Relatora Angela Albino; 0556.6/11, Relatora Angela Albino - todos os pareceres aprovados, por unanimidade; e os nºs 0003.0/2012, Relatora Angela Albino; 0009.6/2012, Relator Sílvio Dreveck, 0364.0/2008, Relator Manoel Mota, 0461.0/11, Relator Altair Guidi; 0593.0/11 Relator Altair Guidi; 0617.2/11, Relator Jorge Teixeira; 0626.3/11, Relator Altair Guidi e 0632.1/11, Relator Sílvio Dreveck - todos com pareceres pelo Diligenciamento - aprovados por unanimidade. O Presidente comunicou a visita do Secretário de Estado da Administração, Milton Martini, no próximo dia 17 de abril deste ano, para explicar sobre o novo Plano de Saúde dos Servidores Públicos - SC Saúde. Solicitou à Assessoria da Comissão que entrasse em contato com a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e Amparo à Família e à Mulher, pois a mesma terá uma audiência pública dia 12 com o mesmo tema para que seja feita uma Audiência em conjunto no dia 17, pois dia 12 de abril, segundo informações, o Secretário estará em viagem no exterior. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 03 de abril de 2012
Deputado Elizeu Mattos
Presidente
*** X X X ***

AVISO DE PUBLICAÇÃO**AVISO DE PUBLICAÇÃO**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Centro - Florianópolis/SC, CEP 88020-900, com base no art. 14, §2º, da Lei 12.232/10, convoca a todos os interessados para a sessão pública que será realizada no dia 13/04/2012 na Diretoria de Comunicação Social às 10h, com vistas à coleta de orçamentos de serviços de produção de 1 VT 30", edição e finalização, gravação de som (arranjo, edição, montagem e mixagem) de 01 VT 30" com 01 locução e trilha composta + 01 spot 60" com 01 locução e mesma trilha composta do spot, que serão realizados por conta do contrato nº 094/11 celebrado com a MARCCA Comunicação.

Florianópolis, 11 de Abril de 2012.
Thamy Soligo
Diretora de Comunicação Social
*** X X X ***

EXTRATO**EXTRATO Nº 043/2012**

REFERENTE: 03º Termo Aditivo de 15/03/2012, referente ao Contrato CL nº 067/2010, celebrado em 23/12/2010.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Construtora Espaço Aberto Ltda.

OBJETO: Termo aditivo que tem por finalidade reduzir o valor do contrato 067/2010 em 12,48% e reembolsar nos cofres da ALESC o valor de R\$ 4.920,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 57, 58 e 65 da Lei nº 8.666/93; Clausula Quarta, item 4.1 do Contrato Original; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 11 de abril de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
Denise Teresinha Almeida Marcon- Sócia Administradora
*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 544**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em consonância com o disposto no art. 22 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, apresento a Vossa Excelência a indicação do nome do senhor Deputado Edison Adrião Adrino de Oliveira para ocupar a vaga de Líder de Governo da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 09 de abril de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

*Lido no Expediente
Sessão de 11/04/12*

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS
OFÍCIO Nº 1211/DIAL - GEMAT**

Florianópolis, 09 de abril de 2012

Excelentíssimo Senhor

GELSON MERÍSIO

Presidente da Assembleia Legislativa

NESTA

Referência: Mensagem nº 544

Senhor Presidente

Encaminho a Vossa Excelência a mensagem do senhor Governador do Estado acima referenciada, através da qual comunica essa Casa Legislativa a indicação do senhor Deputado Edison Adrião Adrino de Oliveira para a vaga de Líder de Governo da Assembleia Legislativa.

Atenciosamente

DERLY MASSAUD DE ANUNCIÇÃO

Secretário de Estado da Casa Civil

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 039/12**

Of. nº 10/2012 Palmitos, 03 de abril de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Escola Especial Profª. Célia M.S. Lucca**, de Palmitos referente ao exercício de 2011.

Alice Decker
Diretora

*Lido no Expediente
Sessão de 11/04/12*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 040/12

Florianópolis, 20 de março de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação Mantenedora do Apoio - AMA** de Florianópolis referente ao exercício de 2011.

Cléa Sarda da Cunha
Presidente

*Lido no Expediente
Sessão de 11/04/12*

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 688, de 11 de abril de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR PARCIALMENTE a Portaria nº 329, de 06 de março de 2012, nos seguintes termos:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1457	Edson Jose de Souza	15	06/02/12	0495/12

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 689, de 11 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JULIANA ARAUJO DE CARVALHO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ciro Marcial Roza - Correia Pinto).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 690, de 11 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ALDINEIA GOMES RAUPP CANDIDO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Manoel Mota - Sombrio).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 691, de 11 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR BRUNO KOERICH DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 692, de 11 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DENNYS PUPO DOS ANJOS, matrícula nº 6927, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Aldo Schneider - Rio do Sul).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 693, de 11 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **ARGILIO MELLO ALVES**, matrícula nº 1962, DL - CC - Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul, a partir de 10 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 694, de 11 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos

servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0633	LUIZ HENRIQUE BELLONI FARIA	45	23/02/12	0772/2012
1162	ANNA SORAYA BACHA	05	27/02/12	0773/2012
1006	IVAN DE ALMEIDA VIANNA	30	03/04/12	0775/2012
6315	PEDRO SQUIZZATO FERNANDES	20	27/03/12	0777/2012
0323	MARIA DO ROCIO BARRETO DA SILVA	30	01/03/12	0776/2012

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 695, de 11 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0780/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora **MARIA ANGELA DE ARAUJO BORTOLUZZI** matrícula nº 984, por 15 (quinze) dias, a contar de 01 de fevereiro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 696, de 11 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0778/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **SERGIO NEY SANT'ANA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 2122, por 11 (onze) dias, a contar de 20 de março de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 697, de 11 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0782/12,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à servidora **PATRICIA SCHNEIDER DE AMORIM**, matrícula nº 6336, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 02 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 698, de 11 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1917	LICIAMARA FARIA LAUS CAMPOS	30	19/03/12	0774/2012
1492	MARCO AURELIO RODRIGUES NORONHA	90	02/04/12	0779/2012
1606	ANA MARIA MAIA RAMOS	60	07/04/12	0781/2012
1848	IVAN ALTHOFF DE MEDEIROS	60	07/04/12	0783/2012

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 699, de 11 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0576/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER a servidora **ELIANE REGINA CORREA DE MATTOS**, matrícula nº 711, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 02 de março de 2007 a 01 de março de 2012..
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 700, de 11 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ALEXANDRE SCHENATTO**, matrícula nº 6670, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de abril de 2012 (Gab Dep Maurício Eskudlark).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 701, de 11 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GILBERTO JOAO MORSH, matrícula nº 6250, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-17, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Chiodini - Jaraguá do Sul).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 702, de 11 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ROBERTO BOHNENBERGER, matrícula nº 4819, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-03, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Padre Pedro Baldissera - Tangará).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 131/12

Fica Instituída a Campanha de Incentivo a arrecadação de ICMS denominada *Minha Nota, Minha Casa*, no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Art. 1º Fica Instituída Campanha de Incentivo a Arrecadação de ICMS, denominada *Minha Nota Minha Casa*, no estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Poder Executivo disponibilizará no site da Secretária de Estado da Fazenda programa de cadastro com login e senha dos contribuintes participantes.

Parágrafo único. O contribuinte participante registrará no campo disponível do site o nome completo, números do CPF e nota cupom fiscal, cada número de nota gerará um número de participação, independente de valor, que será informado pelo sistema ao participante ao término de cada cadastro.

Art. 3º No final de cada ano, o Poder Executivo realizará sorteio dos cadastrados e premiará o sorteado com uma casa ou apartamento na cidade do participante no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), reajustada, anualmente, com base na

variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo único. Na dificuldade da compra do imóvel, ou por preferência do sorteado, será disponibilizado o valor do prêmio em dinheiro.

Art. 4º Cabe a Secretaria de Estado da Fazenda a escolha da data do sorteio.

Art. 5º O Poder Executivo, no prazo de noventa dias, regulamentará a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões,

Deputado Jailson Lima
1º Secretário/ALESC

Lido no Expediente
Sessão de 11/04/12

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

O presente Projeto de Lei visa alterar inserir campanha de incremento de arrecadação de ICMS e a fiscalização com sonegação e emissão de notas falsas no estado de Santa Catarina.

O aumento da arrecadação do Estado e o incentivo ao cidadão no cumprimento do seu dever. Troque sua nota ou cupom fiscal por ingressos, sorrisos, filmes e etc, são campanhas proferidas em vários estados brasileiros.

Iniciativas como o presente Projeto de Lei são estímulos e a certeza de aumento de arrecadação de ICMS.

Pelo exposto, solicito a aprovação dos nobres Parlamentares, em prol do cidadão e desenvolvimento do nosso estado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 132/12

Acréscena os §§ 4º e 5º ao art. 11 da Lei nº 5684, de 09 de maio de 1980, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e adota outras providências.

Art. 1º Acresce os §§ 4º e 5º ao art. 11 da Lei nº 5684, de 09 de maio de 1980, que dispõe sobre o serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, com a seguinte redação:

"Art. 11 (...)

§ 4º O Aluno do ensino fundamental, médio e superior, de instituições públicas e privadas, o Professor, o Especialista em Assuntos Educacionais, o Assistente de Educação e o Assistente Técnico-Pedagógico, pertencentes ao Quadro do Magistério Público Estadual, devidamente credenciados, terão direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) nos deslocamentos para participação em cursos ou palestras."

§ 5º Para a comprovação de participação de curso ou palestra o aluno ou professor apresentará a empresa transportadora declaração com dados pessoais e do curso da entidade de ensino."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jailson Lima
1º Secretário/ALESC

Lido no Expediente
Sessão de 11/04/12

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

O Projeto de Lei apresentado visa facilitar a participação de alunos e professores em cursos e palestras.

As dificuldades financeiras impede a participação dos alunos e professores nos cursos e palestras fora do domicílio, em muitos casos de suma importância para o aperfeiçoamento profissional e ensino.

Pelo exposto, solicito a aprovação dos nobres Parlamentares, para que o amigo do estado receba o título de cidadão catari nense.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 133/12

Fica assegurado a gratuidade dos transportes coletivos públicos intermunicipais às crianças menores de 07 (sete) anos e adota outras providências.

Art. 1º Fica assegurado à gratuidade dos transportes públicos intermunicipais às crianças menores de 07 (sete) anos.

Parágrafo único: a dispensa de pagamento de passagem a criança, menor de 07 (sete) anos, que não ocupar, definitivamente, o lugar de outro passageiro.

Art. 2º Para efeito de identificação, no ato da verificação das passagens a pessoa acompanhante responsável apresentará documento de identidade com foto e certidão de nascimento da criança.

Art. 3º O Poder Executivo, no prazo de noventa dias, regulamentará a presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jailson Lima
1º Secretário/ALESC

Lido no Expediente
Sessão de 11/04/12

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

O presente Projeto de Lei visa alterar a idade de 05 (cinco) para 07 (sete) anos, a idade das crianças para o transporte gratuito.

O Decreto Lei 12.601 de 06 de novembro de 1980, artigo 132, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, garante a passagem gratuita as crianças menores de 05 (cinco) anos, no estado de Santa Catarina.

A Constituição Estadual, menciona que o estado prestará, em cooperação com a União e com os municípios, assistência social, a quem necessitar, artigo nº 157, inciso II, amparo a criança, porém, muitas vezes nos deparamos com pessoas carentes implorando as empresas para transportarem suas crianças com isenção de passagens.

Pelo exposto, solicito a aprovação dos nobres Parlamentares, em prol das crianças que são o futuro do nosso estado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 134/12

Altera a alínea "f" do inciso V do Art. 8º da Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, que institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e dá outras providências.

Art. 1º A alínea "f" do inciso V do art. 8º da Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art

V

f) de veículo terrestre, nacional ou estrangeiro, fabricado há mais de quinze anos;

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente

Sessão de 11/04/12

Justificativa

Atualmente a Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, que institui o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores, alterada pela Lei nº 10.048/95, isenta dos tributos apenas os veículos fabricados até 31 de dezembro de 1984. Antes da referida alteração, vigorava a isenção do IPVA "de veículo terrestre, nacional ou estrangeiro, com mais de 10 (dez) anos de fabricação".

Em observância ao princípio da equidade e da razoabilidade, uma vez que outros Estados do Brasil contemplam os veículos fabricados há mais de quinze ou vinte anos com a isenção do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, é que propomos a presente alteração à Lei que regula a matéria.

Deve-se mencionar que hoje em dia, com as facilidades para a aquisição de automóveis novos e semi novos, os proprietários de veículos com mais de quinze anos, via de regra, são pessoas de menor poder aquisitivo e que utilizam principalmente seus carros como instrumento de trabalho na prestação de serviços às áreas da construção civil e alimentação, bem como na mobilidade de muitos agricultores, perfazendo um contingente de cidadãos que não podem adquirir carros mais novos, tendo o IPVA um peso significativo no orçamento familiar.

Com a isenção, ora pretendida, proprietários que possuem veículos fabricados entre 1985 e 1997, poderão investir na manutenção do veículo. Ressaltando que estes já poderiam estar usufruindo hoje da pretendida isenção, não fosse à alteração pouco razoável da legislação efetuada em 1995, que equivocadamente acabou com a referência "número de anos" - na contramão da legislação dos demais Estados da Federação - para a determinação de uma data, hoje absurdamente desatualizada, que limita a isenção para veículos com mais de 27 anos, referência jamais usada por outro estado.

Além de tudo, sendo o IPVA um imposto patrimonial, torna-se também antieconômico a arrecadação do tributo desses veículos, cujo valor venal é muito baixo.

Entendo, Senhores Deputados, que esta proposta ora submetida à apreciação dos membros deste Parlamento, contribuirá significativamente com o acesso de muitas famílias catarinenses ao conforto de um veículo mais conservado, resultando na melhoria da qualidade de vida.

Portanto, estas são as razões pelas quais apresento a presente proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 135/12**ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 554**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Itajaí".

Florianópolis, 09 de abril de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 11/04/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 023/2012 Florianópolis-SC, 14 de fevereiro de 2012

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza, por intermédio do Departamento de Infraestrutura - DEINFRA, a adquirir, por doação da Mitra Metropolitana de Florianópolis, no Município de Itajaí, o imóvel com área de 34.640,14 metros quadrados (trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta metros e quatorze decímetros quadrados), sem benfeitorias, a ser desmembrado de uma área maior matriculada sob o nº 29.935 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí.

A aquisição do imóvel de que trata esta lei tem como objetivo regularizar a extensão ocupada pelo leito da Rodovia Estadual SC - 486.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Milton Martini

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 135.4/2012

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Itajaí.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, por intermédio do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA), a adquirir, por doação da Mitra Metropolitana de Florianópolis, no Município de Itajaí, o imóvel com área de 34.640,14 m² (trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta metros e quatorze decímetros quadrados), sem benfeitorias, a ser desmembrado de uma área maior matriculada sob o nº 29.935 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade regularizar a extensão ocupada pelo leito da Rodovia Estadual SC-486.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do DEINFRA.

Art. 4º O Estado será representado no ato de aquisição pelo titular do DEINFRA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 136/12

Denomina Capital Catarinense da Cuca o município de Arabutã.

Art. 1º O município de Arabutã fica denominado Capital Catarinense da Cuca.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Moacir Sopelsa

Lido no Expediente

Sessão de 11/04/12

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa denominar o município de Arabutã como Capital Catarinense da Cuca.

A produção e o consumo de cuca artesanal sempre se fizeram presentes na vida do povo do Município de Arabutã, desde a sua colonização em 1927, sendo na sua grande maioria imigrantes Alemães.

Hoje asucas de Arabutã com suas receitas aprimoradas e diversificadas, atendem os mais diversos gostos e são reconhecidas e procuradas por toda a região e grande parte do Estado de Santa Catarina e outros Estados, divulgando assim o nome do município de Arabutã.

Muitas famílias, hoje ainda, fazem suasucas nos fornos de barro nas suas residências, preservando assim a tradição.

É em virtude de **Arabutã** ser realmente reconhecida por sua tradicional cuca, por ela estar presente na vida do povo arabutense que viveu e vive, é que se deseja ver o município reconhecido como **Capital Catarinense da Cuca**.

Registre-se, ainda, que, com o objetivo de manter a tradição e divulgar o município, no dia 12 de dezembro de 2010, instituiu-se o **Dia da Cuca**, conforme a Lei municipal nº 604, de 19 de outubro de 2010.

A denominação de **Capital Catarinense da Cuca** é um justo reconhecimento pela importância da Cuca para os municípios de Ararutã, o que desde já solicitamos aos nobres Pares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 137/12

Estabelece a proibição de edificação ou de instalação de presídios em áreas que tenham em seu entorno construções e dá outras providências.

Art. 1º Fica proibida a edificação ou a instalação de presídios em áreas que tenham em seu entorno qualquer espécie de construção.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei considera-se entorno a distância de cem metros a partir dos limites da área reservada à unidade prisional.

Art. 2º A proibição constante nesta Lei se aplica a partir da sua vigência, preservando as situações já consolidadas, sendo vedadas tão somente novas construções no entorno.

Parágrafo único. O Poder Executivo promoverá política visando à implantação gradativa de atendimento ao disposto nesta Lei a todos os presídios existentes no Estado de Santa Catarina.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até noventa dias da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente

Sessão de 11/04/12

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos à consideração dos eminentes Pares deste Parlamento visa dispor sobre a proibição de edificação ou de instalação de presídios em áreas que tenham em seu entorno construções e dá outras providências.

Routineiramente se verifica a edificação e a instalação de presídios em locais onde se encontram construções previamente consolidadas, emergindo na falta de segurança, além da imposição de carência de estrutura às famílias, impulsionando a desvalorização dos imóveis e a desmotivação de outras pessoas residirem nas imediações.

Por muitas ocasiões a imprensa e as autoridades promovem manifestações no sentido da necessidade de ser impressa maior segurança ao setor. A população, de outro lado, não se comove com as constantes alegações de que estar perto de uma cadeia "haverá mais viaturas e rondas", até em face de que a história tem demonstrado a existência de várias fugas e outros entraves que convergem em sentido contrário.

Com efeito, a sensibilidade das autoridades neste sentido deve ser diretamente proporcional aos riscos, como as rebeliões, a demora compreensível no atendimento policial por equipes efetivamente treinadas para este tipo de situação (Batalhões de Choque), entre outras dificuldades, como as consequências da constante superlotação, que sempre é uma questão de tempo.

Ocorre que a esses estabelecimentos ensejam disposição de cada vez mais segurança e de sistematização de forma universal, possibilitando o treinamento de pessoal de forma igualitária para atendimento das suas atividades e das suas situações desfavoráveis.

Destarte, com o intuito de promover discussão, para consequente regulamentação do tema pelo Poder Executivo, se tem por escopo instituir estas regras para maior defesa da sociedade e o aperfeiçoamento do sistema carcerário.

Portanto, a medida em tablado tem a ver com a capacidade estatal de organizar o sistema. É preciso dotar os municípios de maior infraestrutura para tratar da matéria, parametrizando as atividades dos atores neste processo.

Pelos motivos acima, solicitamos aos nobres Pares desta Casa o apoio para a aprovação deste projeto, que considero de grande importância para a população do Estado de Santa Catarina.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 138/12

Estabelece a obrigatoriedade às empresas agroindustriais sediadas no Estado de Santa Catarina de construir e manter sistemas de captação e armazenagem de água para uso emergencial nos períodos de estiagem e dá outras providências.

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade às empresas agroindustriais sediadas no Estado de Santa Catarina, para o desenvolvimento das suas atividades, de construir e manter sistemas de captação e armazenagem de água.

Parágrafo único. Os sistemas de captação e armazenagem de água previstos por esta Lei deverão obedecer a projetos técnicos aprovados por órgãos competentes, com vistas a garantir a auto-suficiência

para o funcionamento das empresas agroindustriais em períodos de estiagem prolongada.

Art. 2º Para o cumprimento do disposto nesta Lei as empresas agroindustriais instaladas no Estado de Santa Catarina que utilizam a produção primária catarinense para beneficiamento e industrialização, deverão orientar e acompanhar o desenvolvimento de projetos de captação, reserva e distribuição de água nas propriedades rurais que produzam matéria prima para empresas através de contratos.

§ 1º A distribuição deverá ser destinada para consumo humano, animal e irrigação de plantações, principalmente nos períodos de estiagem.

§ 2º A parcela de participação das empresas agroindustriais deverá observar critérios e limites a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, os quais observarão, entre outros aspectos, a capacidade financeira das empresas, os produtos a serem utilizados, a potencialidade da produção e comercialização e a carga tributária respectiva.

Art. 3º Os reservatórios terão capacidades compatíveis com as normas vigentes.

Art. 4º Aplica-se o disposto no art. 1º, da Lei nº 14.740, de 24 de junho de 2009, aos projetos abrangidos pela presente Lei, independentemente da decretação de situação de emergência em razão de estiagem.

Art. 5º O Poder Executivo promoverá a regulamentação, prevendo, além de outros critérios, as ações de incentivo a serem desenvolvidas pelo Estado para execução desta Lei, as particularidades das áreas e regiões a serem abrangidas, incluindo as características em razão das dimensões dos imóveis, as condições de fiscalização e as sanções cabíveis em caso de descumprimento desta Lei, no prazo de sessenta dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente

Sessão de 11/04/12

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos a este Parlamento tem a intenção de estabelecer às empresas agroindustriais sediadas no Estado de Santa Catarina de apresentarem e concluírem projetos para construção de reservatórios de água e dá outras providências.

As medidas até agora adotadas visando mitigar as consequências da estiagem na atividade agropecuária, principalmente na região Oeste Catarinense, em sua maioria são emergenciais e paliativas.

Ocorre que as estiagens que incidem no sul do país vêm sendo cada vez mais severas e prolongadas ao longo dos anos, provocando perdas da produção e da qualidade de vida no meio rural, causando enormes prejuízos econômicos, sociais e ambientais ao Estado.

Destarte, as séries históricas das perdas econômicas, sociais e ambientais demonstram a necessidade de ações que permitam o armazenamento de água nos períodos normais de chuva para utilização em épocas de estiagem. Nos últimos dez anos, apenas no ano de 2007 não foi constatado períodos de estiagem no Estado Catarinense.

Em face do fato em tela, estudos do CIRAM/EPAGRI indicam diversas ações para mitigar os efeitos da estiagem nas atividades agropecuárias na região Oeste de Santa Catarina, tais como:

-Criação oficial de um grupo técnico para estudos e ações de prevenção contra estiagens em caráter permanente com o propósito de definir políticas públicas alinhadas com o governo nacional;

-Avaliação detalhada das séries históricas de perdas econômicas, sociais e ambientais, identificando os locais e atividades produtivas mais prejudicadas, com o intuito de definir políticas de investimento;

-Criação de linhas especiais de crédito, de incentivos fiscais e maior participação do Estado visando à construção de cisternas, a captação e armazenamento de água das chuvas dos telhados de casa e construções rurais;

-Construção de açudes particulares e coletivos para armazenamento de água;

-Instalação de poços artesianos no Aquífero Serra Geral e Guarani para suprimento do consumo humano e animal;

-Avaliar a disponibilidade hídrica da região Oeste Catarinense considerando o nível das microbacias para a implantação de projetos de irrigação agrícola; e

-Incentivos governamentais para recuperação e manutenção das matas ciliares e de proteção às fontes de água.

Portanto, a normatização que se pretende inserir no ordenamento catarinense visa estabelecer a necessidade de urgentes medidas de infraestrutura capazes de amenizar os desgastes verificados no setor, por intermédio de construção de reservatórios de água, principalmente em épocas de estiagem.

De outro lado, é imperiosa a responsabilidade desta Casa na adoção de medidas que venham desafogar o setor dessa constante aflição, permitindo a garantia dos resultados da produção e o

consequente sustento de milhares de pessoas, além de garantir o abastecimento.

Assim, solicitamos aos Pares desta Casa a aprovação da iniciativa que ora apresentamos.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 555

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da, o projeto de lei complementar que " Institui as Regiões Metropolitanas do Extremo Oeste e do Contestado e altera a Lei Complementar nº 495, de 2010, que institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão e de Chapecó."

Florianópolis, 09 de abril de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 11/04/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 014/2012

Florianópolis-SC, 3 de abril de 2012

A Sua Excelência o Senhor

RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado de Santa Catarina

Centro Administrativo

Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor Governador,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei Complementar, cujo teor consiste em instituir as Regiões Metropolitanas do Contestado e do Extremo-Oeste, conforme fundamentação abaixo exposta.

Inicialmente, convém versar sobre a competência estadual para implementação de regiões metropolitanas e requisitos mínimos a serem preenchidos para tanto, que estão contidos no texto da Constituição Federal (art. 25, caput e § 3), que permite aos Estados instituírem tais regiões, mediante lei complementar.

" Art. 114. O Estado, para integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de seu interesse e de Municípios limítrofes do mesmo complexo geoeconômico e social, poderá, mediante lei complementar, instituir:

I - regiões metropolitanas

II - ..."

(grifos nossos)

Quanto aos requisitos legais para a implantação das Regiões Metropolitanas do Contestado e do Extremo-Oeste, verifica-se que, em observância ao artigo supracitado, bem como nas condições citadas na Lei Complementar Estadual 104/94 (a qual dispõe os critérios da Regionalização do Estado), todos se tratam de critérios objetivos, a serem comprovados por parecer Prévio, exarado pela Secretaria do Estado do Planejamento, por meio de sua Diretoria de Desenvolvimento das Cidades (anexos II e III).

Importante mencionar que as providências e estudos para a implantação das Regiões Metropolitanas supracitadas, bem como seu nome, nasceram da manifestação espontânea das regionais da sociedade, as quais culminaram em eventos em que as representações políticas dos municípios envolvidos instaram esta Secretaria de Estado a manifestar-se sobre o tema.

Dessa forma, a fim de consolidar a articulação técnico - política necessária à harmonização entre as diretrizes governamentais e a sociedade, e de melhor desenvolver as políticas governamentais de desenvolvimento para o Estado de Santa Catarina, conjuntamente com os entes municipais, submetemos a vossa apreciação, proposta de Lei Complementar, nos termos sugeridos na minuta anexa.

Respeitosamente

FELIPE MELLO

Secretário do Planejamento

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/010.9/2012

Institui as Regiões Metropolitanas do Extremo Oeste e do Contestado e altera a Lei Complementar nº 495, de 2010, que institui as Regiões Metropolitanas de

Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão e de Chapecó.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam instituídas, nos termos do art. 114 da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Lei Complementar nº 104, de 04 de janeiro de 1994, as Regiões Metropolitanas do Extremo Oeste e do Contestado.

Art. 2º A Lei Complementar nº 495, de 26 de janeiro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado.

Art. 1º Ficam instituídas, nos termos do art. 114 da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Lei Complementar nº 104, de 04 de janeiro de 1994, as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado.

Art. 2º As Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado serão compostas por um núcleo metropolitano e uma área de expansão metropolitana, tendo como sede, respectivamente, os Municípios de Florianópolis, Blumenau, Rio do Sul, Joinville, Lages, Itajaí, Criciúma, Tubarão, Chapecó, São Miguel do Oeste e Joaçaba.

Art. 4º Incluem-se nas Áreas de Expansão Metropolitana de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado os Municípios que:

Art. 11-A O Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana de Chapecó será integrado pelos Municípios de Águas de Chapecó, Águas Frias, Arvoredo, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Guatambu, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Paial, Pinhalzinho, Planalto Alegre, São Carlos, Saudades, Seara, Xanxerê e Xaxim.

Art. 12. Os Municípios criados em decorrência de desmembramentos daqueles pertencentes às Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado passarão também a integrá-las." (NR)

Art. 3º A Lei Complementar nº 495, de 2010, passa a vigorar acrescida dos arts. 11-B e 11-C, com a seguinte redação:

"Art. 11-B O Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana do Extremo Oeste será integrado pelos Municípios de Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Flor do Sertão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Iraceminha, Itapiranga, Maravilha, Paraíso, Princesa, Romelândia, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis.

Parágrafo único. A Área de Expansão Metropolitana da Região Metropolitana do Extremo Oeste será integrada pelos Municípios de Abelardo Luz, Anchieta, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Caibi, Campo Erê, Coronel Martins, Entre Rios, Formosa do Sul, Galvão, Ipuçu, Irati, Jardinópolis, Modelo, Mondai, Novo Horizonte, Ouro Verde, Palma Sola, Riqueza, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bernardino, São Domingos, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista e Tigrinhos."

Art. 11-C O Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana do Contestado será integrado pelos Municípios de Abdon Batista, Água Doce, Alto Bela Vista, Arabutã, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Celso Ramos, Concórdia, Erval Velho, Fraiburgo, Herval d'Oeste, Ibiama, Ibicaré, Iomerê, Ipira, Ipumirim, Irani, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lebon Régis, Lindóia do Sul, Luzerna, Macieira, Matos Costa, Monte Carlos, Ouro, Peritiba, Pinheiro Preto, Piratuba, Presidente Castello Branco, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Treze Tilias, Vargem, Vargem Bonita, Videira e Zortea.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***